

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXIV Mensário, Dezembro 1998 Nº 281 Preço 140\$00

• FMAC

Navegue no novo endereço e junte-se a 27 milhões de camaradas

página 13

• Carta do Mês

No mesmo acidente, um deficiente em serviço e outro em campanha

página 16

• Porto

Não falte ao aniversário da Delegação no dia 7 de Dezembro

página 7

• SNRIPD

Associado ataca falta de sensibilidade em relação às deficiências

página 18



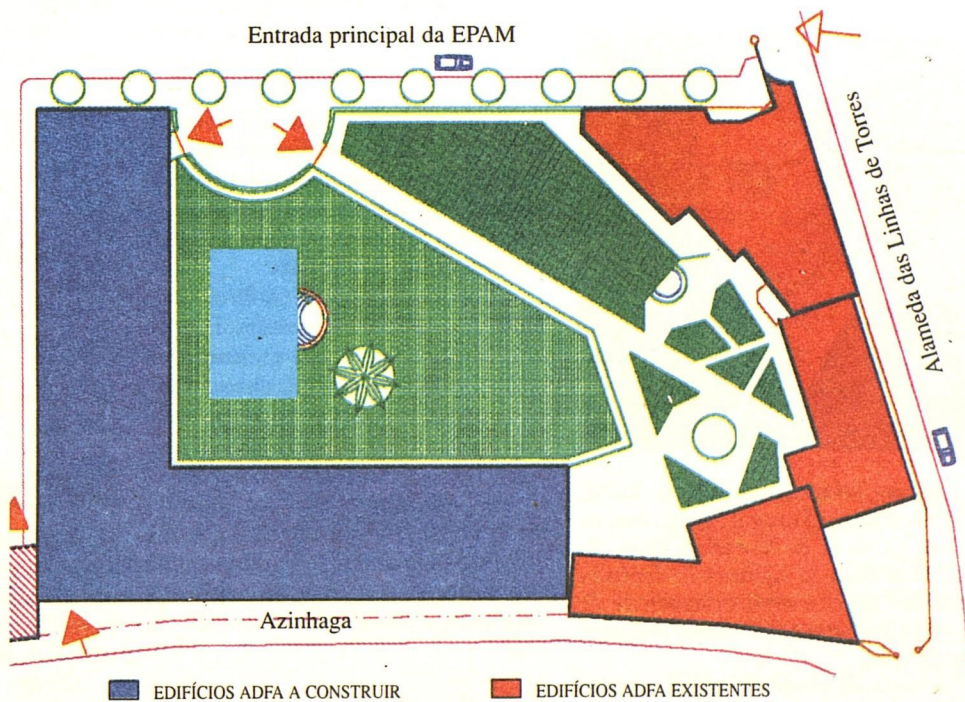
PORTE PAGO

Primeiro ano de mandato supera todas as expectativas

centrais

Futuro da 3.^a idade inicia-se na EPAM e no Porto

centrais



AS FORÇAS ARMADAS PORTUGAL
FACE ÀS TRANSFORMAÇÕES INTERNAS E
18 DE NOVEMBRO DE 1998



Serviço Militar Obrigatório
está com os dias contados

página 8

• Terapia de grupo recomeça na Sede da ADFA

página 9

• Dia da Pessoa com Deficiência anima população do Lumiar

página 20

24.º Aniversário do ELO expõe liberdades e fala de direitos humanos

página 9

Segurança na Sede Nacional

O porquê da mudança

Conforme foi já noticiado na última edição do ELO, a segurança da Sede sofreu algumas alterações, para dar resposta aos assaltos verificados nos meses de Setembro e Outubro.

Este serviço passou a ser assegurado pela empresa Grupo 8, passando a ser controlada a entrada de todas as pessoas que se dirijam à ADFA em Lisboa, por meio de identificação e maior atenção às viaturas que entram e saem do recinto da Sede.

Para a mudança foi escolhido o fim-de-semana, uma vez que não se pretendia perturbar os hábitos dos trabalhadores e associados.

A DN explica esta mudança, referindo o não cumprimento das obrigações dos vigilantes da ADFA. A "pouca vigilância e a falta de rondas" são, segundo a DN, fruto da "inadaptação de alguns dos elementos da equipa de segurança àquelas funções, por questões relacionadas com a idade e com as próprias deficiências desses elementos".

A substituição do serviço prestado por associados pelos préstimos de uma empresa especializada que garantisse a segurança dos bens patrimoniais da Associação foi a resposta dada pela DN a este problema.

Paralelamente à investigação conduzida pela Polícia Judiciária, a DN entendeu abrir um inquérito aos trabalhadores entretanto suspensos, na sequência de denúncias públicas também publicadas no ELO (edição de Setembro) que



FOTO: FARINHO LOPES

levavam a concluir que "pode haver conhecimento da forma como os assaltos eram perpetrados, sem que houvesse por parte dos trabalhadores responsáveis o cuidado de avisar a DN sobre esses indícios que no fundo eram do conhecimento geral", referiu a DN.

"Perante esta prova de falta de confiança entre as partes, é necessário tomar as devidas providências, tendo em consideração os resultados apurados pelo inquérito", indica a DN, garantido que as características de alguns dos elementos suspensos (que continuam a receber o vencimento), bem como sua a situação psicossocial, "serão determinantes para o eventual apoio de carácter social ou laboral noutro posto de trabalho, se nada se apurar em desfavor desses trabalhadores-associados."

R.V.

Breves

Associado absolvido em tribunal



FOTO: FARINHO LOPES

Manuel Teixeira, associado da ADFA, foi absolvido pelo Tribunal Correccional de Lisboa, no dia 25 de Novembro, depois de ter sido acusado de injúrias e de denúncia caluniosa pelo sargento comandante do posto de Barcarena da Guarda Nacional Republicana.

A falta de credibilidade das testemunhas de acusação foi a base da sentença, uma vez que os depoimentos prestados por dois guardas e pelo presidente da junta de freguesia foram contraditórios.

As cartas escritas pelo associado ao Comando-Geral da GNR, denunciando uma alegada agressão de que fora alvo, não foram consideradas injuriosas, tendo ainda sido referido pela juíza que esses factos não foram ainda investigados.

No Tribunal Militar está a desenvolver-se outro processo, apresentado por Manuel Teixeira contra o sargento da GNR, onde o associado da ADFA denuncia a agressão de que alegadamente foi vítima.

Reunião no HMP

A situação dos deficientes militares africanos que se encontram em Portugal para adquirir nacionalidade e pensão, foi o assunto levado pela ADFA à reunião realizada no dia 10 de Novembro, com o

director do Hospital Militar Principal (HMP).

A ADFA entende que não é necessário que esses deficientes militares fiquem no HMP, tendo sido manifestada a concordância da direcção do estabelecimento hospitalar.

A Associação já enviou uma exposição ao chefe do gabinete do Estado-Maior do Exército, apresentando esta situação, realçando que deve ser o essa instituição a assegurar o alojamento e alimentação dos deficientes militares africanos.

Outro assunto levado ao director do HMP prende-se com a necessidade de atendimento dos exames e prescrições da clínica da ADFA no HMP. O director assegurou esse atendimento, desde que essas prescrições ou exames sejam apresentados com o número de beneficiário da ADME.

Foi lançado o convite para que o director do HMP visite as instalações da ADFA e da sua clínica, tendo sido também proposto que se efectuem encontros semestrais entre a Associação e a direcção do HMP.

Colectiva de Artes Plásticas

A Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional (ADFP), com o apoio do Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), vai levar a efeito uma Colectiva de Artes Plásticas - Artistas Especiais, no Centro Social Comunitário de Miranda do Corvo, numa iniciativa que tem início a 3 de Dezembro, Dia Internacional do Deficiente, onde vão estar expostos trabalhos de jovens portadores de deficiência, terminando no dia 13 de Dezembro.

Comemoração do Armistício

Respondendo ao convite da Liga do Combatente, a ADFA compareceu nas comemorações do armistício que pôs termo à I Guerra Mundial, em 1918.

Na avenida da Liberdade, junto ao

monumento aos mortos na Grande Guerra, prestou-se homenagem, não só aos combatentes falecidos no conflito, mas também aos poucos ex-combatentes presentes.

O chefe de Estado-Maior da Armada, almirante Vieira Matias, representou o ministro da Defesa, presidindo à cerimónia que teve como guarda de honra uma companhia do Regimento de Lanceiros 2.

Em representação da ADFA, o presidente da MAGN, Jorge Maurício, e o primeiro secretário da MAGN, José Dinis, participaram na cerimónia de deposição de coroas de flores, junto ao monumento.

A cerimónia terminou com um desfile da guarda de honra, depois dos toques de silêncio e de alvorada e de um minuto de silêncio em honra dos mortos da I Guerra Mundial.

Livro inspirado na ADFA

"Tratamento de Informação Documental na Empresa" é o título do livro editado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional em Abril deste ano, da autoria de João Vargas.

O autor livro que aborda a informação e a documentação nas diversas fases da sua "vida" na empresa - da selecção à eliminação, passando pela classificação, catalogação e análise, entre outros - refere-se à ADFA como ponto de partida para a elaboração deste trabalho de investigação e redacção, lembrando no prefácio que "este livro nasceu porque a ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, já lá vão alguns anos, organizou um Curso de Preparação de Técnicos Administrativos para o qual eu tive o privilégio de ser convidado para ministrar as matérias que tinham a ver, directamente, com a documentação e a informação".

ADVOGADO

ADFA admite advogado em início de carreira. Condições a combinar.

Resposta pelo Tel.: 757 04 22 até 15/12/98

Agenda

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª feira de Dezembro, dia 3, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Dezembro, dias 5 e 12, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados, de Dezembro, das 9h00 às 12h00. No último Sábado do mês, dia 26, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Almoço-convívio em Évora

No 1º Sábado de Dezembro, dia 5, a Delegação de Évora organiza um almoço-convívio com os seus associados. Contactar Manuel Maria através do telefone (066) 81586 ou para o telefone da Delegação de Évora (066) 23 473, para mais informações e futuras inscrições.

Reunião do Conselho Nacional

Nos dias 5 e 6 de Dezembro, Sábado e Domingo, vai ter lugar o Conselho Nacional da ADFA, na Sede Nacional, com a seguinte agenda para a reunião ordinária: 1) apreciação e votação do Plano de Actividades para 1999; 2) apreciação e votação do Orçamento da ADFA para 1999; 3) análise da readmissão do associado José Luis Cavaco Ferreira que foi expulso em AGN.

A ordem de trabalhos para a reunião extraordinária é a seguinte: 1) reequacionamento da realização do 4º Congresso da ADFA; 2) reivindicações legislativas; 3) 25º aniversário da ADFA; 4) ratificação da constituição das comissões especializadas no âmbito do Conselho Nacional; 5) análise do Estatuto do Trabalhador da ADFA; 6) criação da Delegação de Lisboa; 7) regulamentação do art.º 64º dos Estatutos (estatuto especial das Regiões Autónomas).

Delegação do Porto em festa

No dia 7 de Dezembro, Segunda-feira, a Delegação do Porto comemora o seu 24º aniversário. Pelas 17h00 vai ter lugar a inauguração dos novos serviços, celebrando-se uma missa em sufrágio dos associados falecidos, pelas 19h00. Segue-se um jantar comemorativo, na colónia de férias da Aguda, em Vila Nova de Gaia, às 20h00.

Convívio e festas de Natal

No dia 1 de Dezembro, Terça-feira, vai ter lugar o almoço dos associados de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga, pelas 12h30, no restaurante "Chão de Ave".

No dia 6 de Dezembro, Domingo, a Delegação do Funchal vai realizar a tradicional festa de Natal.

No dia 8 de Dezembro, Terça-feira, pelas 12h30, realiza-se o almoço em Santa Maria da Feira.

No dia 12 de Dezembro, Sábado, vai decorrer, em Faro, a festa de Natal da Delegação.

No dia 12 de Dezembro, Sábado, vai realizar-se um almoço de confraternização entre os associados de Vila Real.

No dia 12 de Dezembro, Sábado, a Delegação de Viseu organiza um encontro-convívio de Natal. Pelas 10h30 efectua-se uma reunião com os associados e pelas 13h00, terá lugar o almoço de Natal, no Restaurante-Churrasqueira "O Carvão-2", junto do novo Hospital de Viseu.

No dia 13 de Dezembro, Domingo, a Delegação de Famalicão vai festejar o Natal no Teatro Construção de Joane, em V.N. de Famalicão.

No dia 18 de Dezembro, Sexta-feira, pelas 13h00, tem lugar o almoço de Natal dos trabalhadores da Sede Nacional, em Lisboa.

No dia 19 de Dezembro, Sábado, tem lugar o convívio de Natal em Castelo Branco. Inscrições na Delegação, pelo telefone (072) 34 12 01, até dia 12 de Dezembro. O preço é de 3.000 escudos por pessoa.

No dia 19 de Dezembro, Sábado, pelas 15h00, a Delegação do Porto organiza a festa de Natal que vai ter lugar nas instalações da Delegação.

No dia 20 de Dezembro, Domingo, vai ter lugar o almoço dos associados do distrito de Viana do Castelo.

ELO

PROPRIEDADE Associação dos Deficientes das Forças Armadas • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 LISBOA • Telefone: (01)7570502 7570583 / 7570645 • Fax: 7571319 DIRECTOR António Carreira REDACÇÃO Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José Carriço (secretariado) COLABORADORES Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferreri, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katali, Luis Baltazar, Luísa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Patuleia Mendes, Sá Flores. PUBLICIDADE Maria José Carriço CONCEPÇÃO GRÁFICA Maquetagem João Conceição PRÉ-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt.93-A 7ºC - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./FAX: 956 62 63 MONTAGEM Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 385 35 93 IMPRESSÃO Imprejournal Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 851 21 88 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Depósito Legal: 99595/96 - Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal. ASSINATURA ANUAL 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 500 exemplares



Jaime Ferreri

A Opinião... ao Retalho

Afinal neste reino, para muitas coisas, já nem monarca residente possuímos... Vive em Estrasburgo, em Bruxelas, num ponto qualquer da Europa a que pertencemos.

De todas as brincadeiras sobre a regionalização tocou-me, pela compra dum semanário, um conjunto de autocolantes. Num deles vinha D. Afonso Henriques, em armadura de guerreiro, valoroso e espadaúdo... Da boca saíam-lhe, como súplicas de pedinte a quem a sorte desatinou a vida, palavras chorosas do tipo "mãe, vão-me retalhar...". O guerreiro, o valente que se projectava em ousados cavaleiros que no Torneio de Valdevez tingiram de sangue o rio e envergonharam o primo rei de Leão e suas gentes. E que vergonha a projectar-se nos dias de hoje onde o campo da refrega se conhece ainda como veigas da matança. Traziam-no agora, como um farrapo, a pedir aos "mouros" caridade, que lhe deixassem intacto o país, esse reino a estender-se ao Algarve e que só mais tarde, muitos anos mais tarde, um descendente tomaria.

Tudo partia de Lisboa, essa Lisboa danada que custara os olhos da cara a conquistar mas que estava ainda infestada de mouros, monstruosos mouros que se serviam dele na charla cruel de o passar por coitadinho. Quem visse o autocolante já nem em S. Mamede podia acreditar. Ele que não perdoara a traição ocasional da mãe, e lhe mostrou ser rei em campo de batalha, vinha agora a chorar desgraças inconcebíveis... A culpa era sua; criar um reino para tal povo ter.

Ao norte, ainda tinha leoneses e castelhanos em arremetidas soezes a menosprezar bons cavaleiros da corte. O alcaide-mor de "Portuscale" D. Fernando, já cansado, esbatido e pronto a dar o lugar a outro; D. Nuno da Costa, arqueiro-mor em setas de opinião nos juízos que fazia e responsável pelos cavaleiros que representavam o norte em torneios do ganha sempre. Ninguém afinal, cá em cima, escapava aos dichotes mouriscos que temia as galizas unidas. A do norte, a do D. Fraga, a ligar-se ao sul na outra galiza que tivera capital em Braga e que agora se aprontavam para levar para o

Porto. Unir as duas galizas era remar contra a maré, contra a honra de Valdevez; era tirar da história as oportunidades imensas que os vindouros ligados à casa de Bragança haveriam de paginar. Neste reino surgiria sempre um D. João IV que acabasse com o sonho telúrico duma fronteira que tocasse os Perineus.

A sul sempre os mouros. Os mesmos mouros que agora se aliavam aos senhores de Leão e de Castela. Não queriam o reino retalhado no medo imenso da Galiza poderosa e trans-fronteiriça. Falavam do povo, dessa mole de colonos do interior iletrados e pacóvios. Acenavam-lhe com disparates enormes para que com facilidade acreditassem... Afinal o reino prolongou-se pelas áfricas e pelas áσίας no mesmo crer simplório e patrioteiro. Ainda há gente, e isso é que custa a acreditar, que pensa ter ido a África pela bandeira e pelo sentido pátrio. Um quarto de século depois essa gente prolonga no sonho

o que a história se viu forçada a negar.

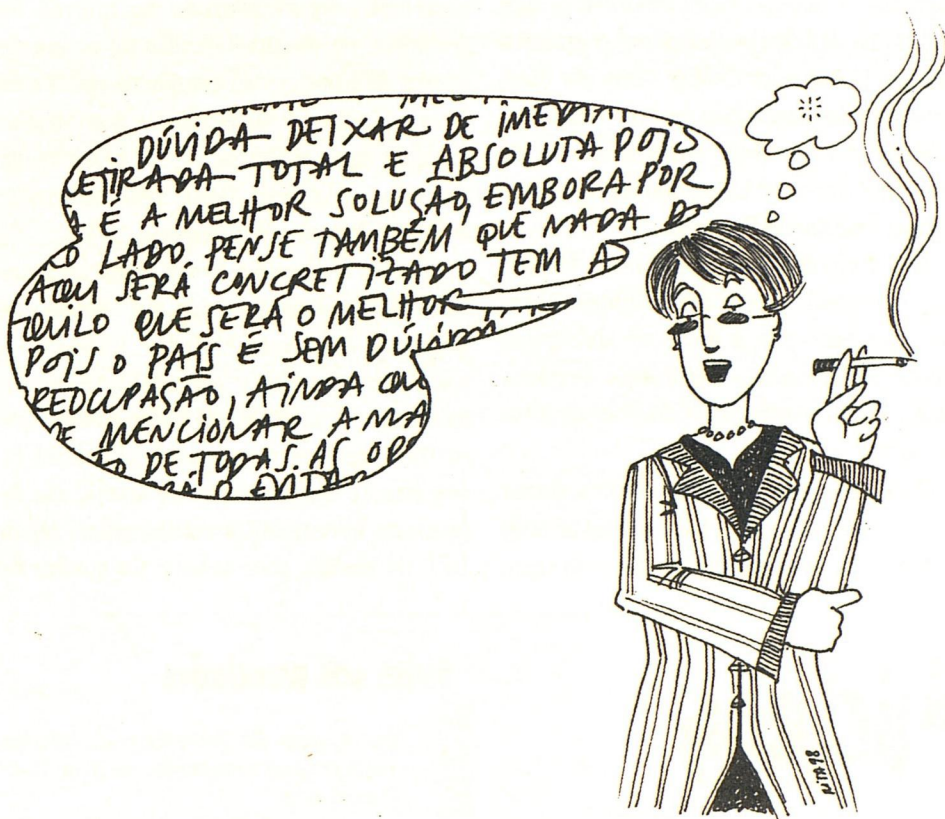
Servem-se do primeiro rei, por piada e por sentido de opinião. O que ontem era verdade hoje não passa duma mentira fabulosa. Não era o país que se retalhava... O que se retalha dia a dia é o sentido de oportunidade da história, é a opinião fácil que os media facilitam. Vai-se perdendo o senso comum.

Arranjaram-se de todos os lados argumentos, um arrazoado para o torneio das palavras tolas. Ouvi gente pedir reforço do poder municipal... Gente que detém poder exagerado nas autarquias que administram como se as herdassem de família e já farejassem o direito de as passar aos filhos. A mesma gente que nas Câmaras Municipais utiliza poder discricionário em exagero, que faz render o tempo em despachos difíceis de arrancar, em prazos burocráticos a prolongar-se. Até parecia, para alguns, que as regiões teriam órgãos de tutela que sustivessem os

compadrios, que criassem um livro de reclamações, à semelhança dos restantes serviços públicos, onde os munícipes escrevessem as queixas que ninguém ouve e tivessem satisfeitos os arredios direitos que a alguns nunca tocam.

Não é o reino de D. Afonso que se retalha. Afinal neste reino, para muitas coisas, já nem monarca residente possuímos... Vive em Estrasburgo, em Bruxelas, num ponto qualquer da Europa a que pertencemos.

É por isso que as normas que fazem a opinião desta terra devem ser "retalhadas", desossadas, escolhidas, criativas, enfim... com honra trabalhadas. Escrever é um acto de liberdade e como tal deve ser feito em responsabilidade, com dignidade e isenção. Se todos vamos continuar sujeitos à opiniãoite que grassa, não há cirurgia da palavra que baste, manual de boas maneiras que sirva, respeito mútuo que dignifique, história que fundamente. •



Episódios

O cair da folha

Para os gémeos a única forma de esquecer o desgosto da separação e da morte da mãe era oferecerem-se para todas as operações. Um dia, já a comissão ia a mais de meio, a temeridade do Joaquim levou-o a participar no assalto a uma base de guerrilheiros e o rebentamento de uma mina feriu-o gravemente. Passado pouco tempo, um fim menos heróico esperava o João em Angola. Numa curva da picada a "berliet" em que seguia voltou-se e ele sofreu fracturas graves.

Apesar dos tratamentos recebidos nos hospitais militares, aqueles dois irmãos ficaram com grandes deficiências e assim voltaram à sua aldeia natal, um com a pensão por acidente em campanha,

o outro com uma mais magra pensão por acidente em serviço.

O pai, alquebrado pelos anos e pelos desgostos, foi mantendo muito a custo a casa de lavoura. Os dois rapazes depressa perceberam que tinham de lutar sozinhos pela sua reabilitação e encheram-se de ânimo para multiplicar a herança recebida. Recorrendo a novas técnicas e diversificando culturas era um gosto ver os campos bem cultivados e a prosperidade daquela casa saltava à vista de toda a aldeia.

O João e o Joaquim lá foram ultrapassando as dificuldades até que um dia, já mais avançados na idade e com as deficiências a agravar-se, repararam que as

forças e o ânimo já não eram os mesmos de antigamente. Então que medidas tomar para acautelar a velhice?... Entregar a fazenda aos familiares mais próximos e confiar na sua duvidosa solidariedade, correndo o risco de ficar à mercê da incerta protecção do Estado, ou encontrar outras formas de rentabilizar o património?...

Soube há dias por um amigo comum que reina grande confusão naquela casa de A-dos-Fanáticos com os dois irmãos à procura da melhor solução, consumindo as energias que lhes restam em discussões sem fim, acossados por familiares com intenções pouco claras.

Que Deus os ilumine !...

24
Páginas



António Carreiro

Celebrar o aniversário do Elo é homenagear o esforço, o empenho e mesmo a dedicação devotada de todos aqueles que, independentemente do seu sentir associativo, contribuíram para que, em vinte e quatro anos, o nosso jornal chegue, sem interrupções, aos associados, aos assinantes, aos governantes e demais instituições.

É deixar uma palavra de profundo agradecimento, encarecidamente sentido, a tantos que nos deram a sua colaboração desinteressada, num gesto de solidariedade autêntica, contribuindo para a enorme alteração de mentalidades verificada na sociedade portuguesa desde o nascimento da ADFA.

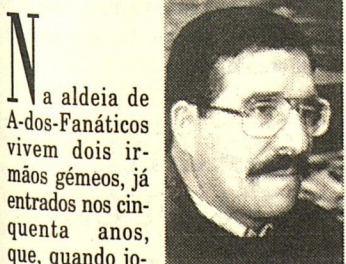
É deixar um louvor aos que, como trabalhadores, para lá do cumprimento normal, superaram todas as carências e dificuldades, por vezes gigantescas, para que, todos os meses, o Elo seja uma realidade.

Folhear estes vinte e quatro anos é constatar que o Elo não é de ninguém, pertencendo a uma vontade colectiva consistente, poderosa, perseverante que transmite aos novos o ânimo de lutar em passos pequenos para defender os grandes valores.

Abriendo as suas páginas, damos-nos conta de princípios e sentimentos; aprendemos a ver os deficientes como pessoas capazes, com vida igual à de qualquer cidadão; vemos, em permanência, um hino à liberdade, à dignidade e à defesa dos direitos fundamentais do homem; partilhamos as tragédias e os dramas dos que lutam; chocamo-nos com a miséria, com incompreensões e até com a mesquinhez de atitudes políticas de sabor conjuntural; choramos os mortos; revigoramos a defesa das viúvas e órfãos; redobramos o ânimo para prosseguir a luta; orgulhamo-nos por pertencer a uma Instituição que tão jovem já fez tanto, e que retira a sua força da razão que assiste à sustentação das suas posições.

Comemorar vinte e quatro anos é recapitular vinte e quatro páginas de história, revivendo um contentamento de felicidade exaltante por se ser Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Viva o Elo! •



José Diniz

Na aldeia de A-dos-Fanáticos vivem dois irmãos gémeos, já entrados nos cinquenta anos, que, quando jovens, nem o facto de serem os

únicos braços de trabalho da casa os safou de irem dar com os costados na guerra, o João em Angola e o Joaquim em Moçambique.

Direitos dos deficientes das Forças Armadas em foco

Delegação reúne com Governador Civil de Viseu

A Delegação de Viseu da ADFA tem mantido um contacto permanente com os órgãos do poder local, e no seguimento desta política, há uns meses atrás, reunimos com o Governador Civil de Viseu que recebeu a Direcção da Delegação, a quem fomos agradecer a última legislação aprovada pelo Governo de Portugal, e manifestando-lhe a nossa preocupação em relação à legislação que se encontra no MDN para aprovação, volvidos que são mais de 24 anos depois de Abril.

Deixámos ficar um documento que o Governador Civil fez chegar ao Ministro da Defesa Nacional que mandou apresentar no Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), entendendo, de acordo com o conselho, que estritamente por questões de funcionalidade, as matérias que as Delegações da ADFA entendam submeter à apreciação do Ministério sejam canalizadas através da Direcção

Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Sabemos que assim é, mas, como homens com responsabilidades associativas, vamos continuar a pugnar por manter a comunicação social, o poder local civil e militar, informados dos grandes problemas que afectam os deficientes militares e estamos gratos ao Governador Civil de Viseu por fazer chegar às altas instâncias governamentais as preocupações dos deficientes militares de Viseu que como sabemos, são as de todo o deficiente militar de Portugal.

Mas, hoje analisamos o DL n.º 134/97, mais conhecido como o dos "Capitães-Coronéis", que, entendemos dever ser abrangente a todos os deficientes das Forças Armadas (DFA), independentemente do grau de incapacidade.

O País não pode, de forma alguma, deixar de criar condições justas para que ao cidadão DFA, pela justiça, por reconhecimento, obri-

gação, dever cumprir com as leis existentes e actualizadas sempre ao tempo em que vivemos, abrangendo todos os DFA, sem excepção, conforme refere o DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro, e demais legislação, seja na assistência médica, reabilitação, reintegração na sociedade, na reinserção no mundo do trabalho, no reconhecimento do stress de guerra, deficientes sem pensão, na política de lares e no direito aos escalões e à promoção, etc, quer sejam militares DFA da Marinha, do Exército, ou da Força Aérea, todos pertencem às Forças Armadas Portuguesas.

Consta e encontra-se em vigor no Estatuto de Aposentação, onde diz "Pensão de Deficiente das Forças Armadas" (definição) e nos diversos artigos e portarias que regulamentam o DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro, que os DFA, sempre que houver alteração do vencimento nos militares do activo, são de imediato abrangidos e actualizados, sejam DFA do quadro permanente, do quadro de

complemento, reforma extraordinária, pensionistas, ou similar (igual), à luz do DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro, e demais legislação, a todos foram contados 36 anos de serviço, com tempo de efectividade completa, estando todos os DFA abrangidos pelo desbloqueamento dos esca-lões e promoção ao posto a que têm direito.

A legislação que abrange os DFA existe! Vamos fazer com que sejam postos em prática todos os direitos nela consignados, incluindo o DL n.º 134/97 na abrangência a todos os DFA sem excepção e com a dignidade que é devida, defendê-la da mesma forma com que defendemos e honramos a nossa Pátria!

À Direcção Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, aconselha-se a propôr ao Conselho Consultivo as medidas necessárias condizentes a defender o direito à promoção dos Deficientes das Forças Armadas. *

A Direcção da Delegação

Delegações e Núcleos

Campistas da ADFA

A secção de campismo da ADFA, sediada em Coimbra, tem conhecimento de um número bastante elevado de associados, que estão inscritos em vários Clubes de Campismo espalhados pelo país.

Para que o movimento campista da ADFA tenha um significado mais alto, é preciso que todos os associados campistas façam a transferência das suas cartas para a secção de campismo da Associação, podendo assim beneficiar dos descontos que muitas entidades concedem.

Para que os associados possam efectuar a transferência, basta que levem ao Clube onde estão inscritos um boletim de transferência para ser aí carimbado e entregar esse documento em qualquer Delegação, com fotocópia do bilhete de identidade, uma fotografia e a carta antiga. *

2.º Acampamento Nacional do Deficiente

De 9 a 13 de Junho de 1999, vai realizar-se em Coimbra, no Parque Municipal de Campismo, gentilmente cedido pelo

presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, o 2º Acampamento Nacional do Deficiente, integrado nas comemorações do 25º Aniversário da ADFA, com a colaboração da Federação Portuguesa de Campismo e do Conselho Regional do Centro. *

Unidos na guerra, unidos na paz

O slogan "Unidos na Guerra, Unidos na Paz" é o mote da Festa de Natal da Delegação de Coimbra, a realizar no dia 13 de Dezembro, Sábado, no restaurante "Cozinha do Infante", no cruzamento das estradas da Figueira da Foz e Carapinheira. O preço por pessoa é de 3.000 escudos. As inscrições podem ser efectuadas até ao dia 10 de Dezembro. *

Coimbra sobre rodas

No âmbito da campanha de angariação de fundos para compra de uma carrinha, a Delegação recebeu os seguintes donativos: Rui António Moreira S. Briote, com 10.000 escudos; Altino Leite Brites, com 3.000 escudos. *

Aviso aos associados

Os serviços da Delegação de Coimbra encontram-se encerrados de 24 a 31 de Dezembro. *

Natal em Évora

Realiza-se no dia 19 de Dezembro, em Amareleja, o convívio de Natal da Delegação de Évora. A festa inclui no seu programa, pelas 9h15 uma concentração na Delegação, seguida às 9h30 de partida do parque do estacionamento da Estrada das Piscinas, junto à Muralha. Pelas 12h00 terá lugar uma concentração em Amareleja, na praça Dr. Agostinho Caro Quintalino, perto da praça de táxis). A finalizar o encontro vai ter lugar o almoço, pelas 12h30. O transporte será feito em autocarro, entre Évora e Amareleja e é garantido gratuitamente pela Delegação. As marcações para o almoço e para o lugar no autocarro devem ser feitas até dia 10 de Dezembro, às 17h00.

O preço do almoço é de 1.500 escudos por adulto e de 1000 escudos para Crianças maiores de 10 anos.

Vão ser oferecidas prendas aos filhos e netos dos associados que estiverem presentes no convívio, e que sejam menores de 10 anos. Os associados moradores no percurso Évora - S. Manços - Monte do Trigo - Portel - Alqueva, poderão solicitar transporte no autocarro. *

Horário de Famliação

A Delegação de Famliação vai estar encerrada de 24 a 31 de Dezembro. *

Teatro infantil no Funchal

A Delegação do Funchal vai realizar, em colaboração com o Teatro Experimental do Funchal, uma sessão de teatro infantil/juvenil, intitulada "A Outra História da Carochinha", dedicada aos filhos dos associados, no dia 19 de Dezembro, pelas 16h00.

O Cine-Teatro Santo António no Funchal vai ser palco de cerca de uma hora de espectáculo que inclui fantoches e malabaristas, num "circo de personagens para encantar e fazer sorrir".

O preço para os adultos é de 500 escudos. As crianças têm entrada livre.

As reservas de bilhetes podem ser feitas na Delegação do Funchal. *

Férias de Natal no Funchal

A Delegação do Funchal encerra para férias de 18 a 31 de Dezembro. *

Carrinha para Viseu

Durante o mês de Outubro, dos nossos associados chegaram-nos as seguintes ofertas para a compra de uma viatura utilitária para os serviços da Delegação, de que urgentemente necessitamos: José Ferreira, João Gonçalves, com 20.000 escudos; José Cardoso, com 10.000 escudos; Francisco Batista, com 9.000 escudos; Joaquim Loureiro, Alfredo Jesus, Alberto Macedo, com 5.000 escudos; João Correia, com 3.000 escudos; Helder Silvério, Silvana Almeida, com 1.000 escudos. *

TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

TUDO O TIPO DE ARTES GRÁFICAS

fotocomposição • offset • montagem • tipografia

Rua Artilharia Um, 107 (Anexo do Hospital Militar Principal) - 1070-012 Lisboa • Telef. (01) 385 35 93

VEÍCULOS A DIESEL AUTOMÁTICOS ISENTOS DE CARTA DE CONDUÇÃO



Evasão

Fabricação e comércio de veículos isentos de carta de condução.

Venda de veículos novos e em segunda mão.

Estrada dos Cardais - 3840 VAGOS

Tel. 034-799 00 50 Fax 034-793 850

Contactar ADFA - Alberto Pinto

tel. 01-757 05 02/83 ou 01-7

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

CLÍNICA GERAL
 médico: Dr. Fernando Brito,
 2ª feira - 13H00 5ª - 13H15

PSIQUIATRIA
 médico: Dr. Monteiro Ferreira
 Início 3 Março - 2.ª - 9H30

UROLOGIA
 médico: Dr. Paulo Vale
 2ª feira - 18H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA
 médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
 4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA
 médico: Dr. Barros Silva
 3ª feira - 14H00

FISIOTERAPIA
 técnico: Luís Sampaio
 Todos os dias das 9H00 às 14H00
 e das 14H30 às 15H30

ANÁLISES CLÍNICAS
 6ª feira- 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA
 especialista: cndt Araújo de Brito
 2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

ESTOMATOLOGIA
 Dr. José Eduardo Simões Antunes
 3ª e 5ª feira das 09H00 às 13H00
 Marcações: Elizabete Maria

SERVIÇO PROTÉSICO
 técnico de próteses dentárias : Carlos Lopes
 4ª feira - 9H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA
 Drª Teresa Infante
 Todos os dias
 Marcações: com a própria

APOIO AOS SÓCIOS

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro
 3ª e 5ª feira das 14H00 às 18H00

Marcações:
 Carla Fernandes

**SERVIÇO
 DE ACÇÃO SOCIAL**

Drª. Ana Pereira
 2ª, 4ª e 6ª até às 17H00

Marcações:
 Fátima Barata

SECRETARIA/ATENDIMENTO
 (Ver Horário e Telefones)

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
 Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
 Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
 das 12h30 às 14h30
 Serviço de Bar Segunda a Sexta,
 das 9h00 às 19h00
 Sábado das 11h00 às 17h00

TELEFONES

Solicita-se a todos os associados
 que façam as marcações das consultas, com
 antecedência, pelos telefones:
7570502 / 7570583
7570422 / 7570645
7570702 / 7570781

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
Confort 1.0	1.474.194.00	1.986.313.00
Confortline 1.0	1.560.720.00	2.087.548.00
Highline (Met.) 1.4 16V	1.975.624.00	3.032.972.00
Highline 1.4 16V Aut.	2.157.752.00	3.246.062.00
Highline (Met.) 1.4 16V Aut.	2.191.940.00	3.286.062.00
Polo		
Fox 1.0 3p	1.527.173.00	2.049.793.00
GL 1.0 3p	1.930.061.00	2.521.172.00
Net 1.4 3p	1.866.045.00	2.883.127.00
Fox 1.7 SDI 3p	1.873.871.00	3.470.135.00
Net 1.7 SDI 5p	2.106.120.00	3.741.866.00
3 Volumes 1.4	1.810.744.00	2.818.425.00
3 Volumes 1.9 SDI	2.215.323.00	3.869.634.00
Confortline (AC) TDI 1.9	2.358.715.00	4.356.461.00
Variant 1.4	1.827.117.00	2.837.581.00
Variant 1.9 AC	2.347.292.00	4.024.037.00
Golf		
Confort 1.4 3p	2.108.306.00	3.166.572.00
Confort 1.4 5p	2.169.382.00	3.238.031.00
Confort 1.4 3p JE	2.375.318.00	3.478.976.00
Confort 1.4 5p JE	2.461.755.00	3.580.108.00
Highline 1.6 3p	2.946.656.00	4.510.814.00
Highline 1.9 TDI (110 cv) 3p	3.186.581.00	5.325.064.00
Highline 1.9 TDI (110 cv) 5p	3.273.018.00	5.426.196.00
GTI 1.8 3p	3.907.424.00	5.964.607.00
Highline 1.9 TDI Aut.	3.422.923.00	5.601.584.00
Passat Limousine		
Confortline 1.6	3.285.673.00	4.907.464.00
Confortline 1.6 Aut.	3.580.769.00	5.252.750.00
Confortline 1.9 TDI	3.444.875.00	5.627.268.00
Confortline 1.9 TDI TOP	3.888.135.00	6.145.882.00
Confortline 1.9 TDI Aut.	3.681.527.00	5.904.151.00
Confortline 1.6 Variant	3.520.963.00	5.182.754.00
Confortline 1.9 TDI Variant	3.621.623.00	5.834.063.00
Confortline 1.9 TDI T. Varia.	4.120.438.00	6.417.676.00
Confortline 1.9 TDI V. Aut.	3.858.274.00	6.110.945.00

Audi A3		
Attraction 1.6	3.048.524.00	4.630.000.00
Attraction EC 1.6	3.398.951.00	5.040.000.00
Sport 1.9 TDI	3.951.483.00	6.220.000.00
Sport 1.9 TDI EC	4.032.680.00	6.315.000.00
Audi A4		
Attraction 1.9 TDI 90 cv	3.938.663.00	6.205.000.00
Attraction 1.9 TDI EC	4.250.629.00	6.570.000.00
Attraction 1.9 TDI 110 cv	4.331.825.00	6.665.000.00
Attraction EC 1.9 110 cv	4.827.552.00	7.245.000.00
Avant TDI 1.9 90 cv	4.169.432.00	6.475.000.00
Avant TDI 1.9 110 cv	4.562.594.00	6.935.000.00
Audi A6		
TDI 1.9 110 cv	5.913.022.00	8.515.000.00

SEAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Ibiza		
1.0 Entry 3p	1.305.128.00	1.790.000.00
1.0 Entry 5p	1.382.051.00	1.880.000.00
1.4 Entry 3p	1.363.372.00	2.295.000.00
1.4 Entry 5p	1.440.296.00	2.385.000.00
1.9 D Latino 3p	2.018.150.00	3.958.000.00
1.9 GT TDI 3p	2.904.047.00	4.994.500.00
1.9 D Latino 5p	2.095.073.00	4.048.000.00
1.9 TDI 110 cv 5p	2.980.970.00	5.084.500.00
Arosa		
1.0 S 3p	1.292.307.00	1.775.000.00
1.4 Klima (AC) 3p	1.703.108.00	2.696.000.00
1.4 Klima (C. Aut.)	1.984.740.00	3.022.000.00
Cordoba		
1.4 Silhouette	1.850.552.00	2.865.000.00
1.4 GT (100 cv)	2.120.637.00	3.181.000.00
1.9 D Latino	2.199.347.00	4.170.000.00
1.9 TDI (110 cv)	3.150.629.00	5.283.000.00
1.4 Sporty Vario	1.619.783.00	2.595.000.00
1.9 TDI Vario	2.029.261.00	3.971.000.00
1.9 TDI Vario SXE	2.571.141.00	4.605.000.00
Toledo		
1.6 GTS	2.866.342.00	4.416.847.00
1.9 TDI GT	3.326.330.00	5.488.571.00

Ibiza Comercial		
1.9 D Company	1.684.313.00	2.290.000.00
1.9 D Latino	1.916.792.00	2.562.000.00
1.9 TDI Crono	2.315.082.00	3.028.000.00
1.9 TDI (110 cv)	2.606.535.00	3.369.000.00
Inca		
1.9 D Van	1.611.663.00	2.205.000.00
1.9 D Van (VED+FCC)	1.823.629.00	2.453.000.00
Alhambra		
1.9 TDI (110 cv)	4.341.578.00	5.399.000.00
1.9 TDI TA (110 cv)	4.966.364.00	6.130.000.00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Cinquecento		
Cinquecento S	1.101.665.00	1.520.986.00
Sport.	1.246.900.00	1.847.165.00
Panda Jolly	1.116.891.00	1.538.800.00
Seicento		
S	1.134.839.00	1.559.799.00
Citymatic	1.210.908.00	1.648.800.00
Suite	1.225.220.00	1.821.800.00
Sport	1.285.049.00	1.891.800.00

Punto

55 SX 3P	1.292.028.00	1.899.965.00
55 SX 5P	1.347.583.00	1.964.965.00
TD 60 SX 5p	1.384.787.00	2.909.800.00
SX Selecta 5p	1.687.375.00	2.462.704.00
VAN TD 60 S	1.569.093.00	2.128.800.00
VAN TD 70 SX	1.722.085.00	2.307.800.00

Palio

Weekend 1.2	1.893.440.00	2.703.800.00
Weekend 70 TD	1.801.026.00	3.396.800.00

Bravo

1.4 S	1.970.168.00	3.013.300.00
1.6 SX Caixa Aut.	2.421.192.00	3.915.006.00
TD 100 GT	2.308.439.00	4.366.254.00

Brava

1.4 EL	2.059.057.00	3.117.300.00
TD 100 S	2.202.433.00	4.442.227.00
TD 100 ELX	2.416.131.00	4.492.253.00

Marea

1.4 SX	2.222.732.00	3.308.800.00
1.6 ELX Caixa Aut.	2.700.503.00	4.241.800.00
TD 100 ELX	2.613.179.00	4.722.800.00
TD 100 HLX	2.868.735.00	5.021.800.00
Weekend 1.4 SX	2.355.211.00	3.463.800.00
Weekend TD100 ELX	2.761.043.00	4.895.801.00
Weekend TD100 HLX	2.996.940.00	5.171.800.00

LANCIA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino 3p	1.343.310.00	1.959.965.00
Y 1.2 FCVT L5 3p Aut.	1.770.708.00	2.560.203.00
Y 1.2 16V LX 3p	1.611.734.00	2.374.204.00
Y 1.2 LX 3p	1.739.939.00	2.524.203.00
Delta HPE 1.6	2.181.619.00	3.634.705.00
Delta 1.9 TDS	2.587.916.00	4.726.920.00
Dedra TDS SV	3.002.514.00	5.212.000.00
KSW 2.0 Turbo	5.773.022.00	8.575.800.00

RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo - L	1.291.307.00	1.910.000.00
Twingo Wind	1.381.051.00	2.015.000.00
Clio		
1.2 3p	1.333.187.00	1.959.000.00
RT 1.2 3p	1.630.623.00	2.307.000.00
1.2 5p	1.398.145.00	2.035.000.00
RT 1.2 5p	1.695.581.00	2.383.000.00
RXE 1.9D	1.633.587.00	3.486.000.00
Megane		
RN 1.4	1.885.122.00	2.935.000.00
RT 1.4	2.137.258.00	3.230.000.00
RXE 1.9 DTI 5P	2.683.563.00	4.720.000.00

RL 1.9 D (2 lugares)	2.072.914.00	2.765.000.00
Classic RN 1.4 5p	1.927.857.00	2.985.000.00
Classic RT 1.9 DTI	2.427.152.00	4.420.000.00
Classic Scenic RN 1.4	2.338.113.00	3.465.000.00
Classic Scenic RT 1.9 DTI	2.628.007.00	4.655.000.00

Laguna

RXE 1.9 DTI	2.931.426.00	5.010.000.00
RT Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.085.272.00	5.190.000.00
RT Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.170.742.00	5.290.000.00

Kangoo

RN 1.2	1.776.595.00	2.487.000.00
RN 1.9 D 55	1.757.336.00	3.640.000.00
FGTE RL 1.9 D 55	1.633.867.00	2.255.000.00
FGTE RN 1.9 65	1.849.252.00	2.507.000.00

OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Corsa		
Eco 1.0 3p	1.441.400.00	1.998.855.00
Eco 1.0 5p	1.501.229.00	2.068.855.00
Swing 1.2 3p	1.621.772.00	2.378.855.00
Swing 1.2 5p	1.663.622.00	2.258.855.00
GSI 1.6 3p	1.924.321.00	3.388.855.00
Eco 1.5 TD 3p	1.723.449.00	2.958.855.00
Eco 1.5 TD 5p	1.783.279.00	3.028.855.00
Sport 1.5 TD 3p	2.167.894.00	3.478.855.00

Tigra

Tigra 1.4 16V Sport	2.427.678.00	3.048.855.00
---------------------	--------------	--------------

Astra

Club 1.2 5p	2.185.875.00	3.038.855.00
Club 1.4	2.258.050.00	3.408.855.00
Sport 1.4 3p	2.394.802.00	3.568.855.00
Club 1.7 TD 5p	2.359.534.00	4.078.854.00
Club 2.0 DI 5p	2.263.037.00	4.488.855.00
Club 2.0 TD 5p Aut.	2.447.652.00	4.704.855.00
Club Caravan 1.4	2.377.708.00	3.548.855.00
Sport Caravan 1.4	2.565.742.00	

ADFA organiza encontro cultural

Pintura e artesanato em exposição no Porto

Promover e divulgar trabalhos realizados por deficientes militares foi o objectivo da exposição de pintura e artesanato que esteve patente ao público na Delegação do Porto entre os dias 6 e 13 de Novembro.

Durante oito dias, três artistas deram a conhecer aspectos diferentes de um denominador comum que é a Arte.

Alberto Miranda, natural de Vila Real, apresentou miniaturas perfeitas de uma realidade agrícola de que já só as pessoas mais antigas se lembram. É o caso dos carros de bois a transportar as pipas do vinho, as dornas, a engoreta, que servia para levar o vinho quando se ia trabalhar nos campos. A grade que antigamente era utilizada para alisar a terra, Alberto Miranda transformou em candeeiro, mantendo o seu aspecto original, acrescentou apenas os acessórios necessários à sua nova função.

António Vale da Cunha apresentou um conjunto de peças que denomina "artesanato de ourivesaria". São trabalhos, em marfim, madeira e vidro, com aplicações em metal ou prata. Caixinhas a servir de guarda jóias,

molduras para fotografias, tinteiros, foram algumas das peças expostas.

João Aguilar Pires expôs um vasto leque de peças, desde quadros pintados em alto relevo, pinturas em barro e arraiolos.

Uma forma de integração

Foi, a partir deste último artista que surgiu a ideia para esta exposição. Natural de Figueira de Castelo Rodrigo, João Aguilar Pires esteve durante algum tempo internado no Hospital Militar do Porto. Com o apoio da psiquiatra e da responsável pelo Gabinete de Serviço Social, Margarida Marques, montou um mini atelier no quarto do hospital. Além de ter sido esta a forma encontrada para ajudar este doente a passar o tempo, foi também um grande contributo para a sua recuperação a nível psicológico. Assim, foi a partir deste pressuposto, aliado à qualidade dos trabalhos, que a ideia de realizar a exposição ganhou maior consistência.

Logo no primeiro dia o sucesso da iniciativa ficou garantido, não só com a venda de várias peças, como também pela presença e apoio dos visitantes. O presidente da Câmara



FOTO: ANABELA VIEIRA

Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, a esposa e filha do autarca de Vila Real, representantes do Hospital Militar, representantes das várias associações recreativas da freguesia de Ramalde, assim como o seu presidente, o presidente da Direcção da

Delegação de Viseu da ADFA e general Carlos Azeredo, foram algumas das personalidades que não deixaram de marcar presença numa iniciativa que ao que tudo indica foi a primeira do género. •

Anabela Vieira

Parabéns ADFA Porto

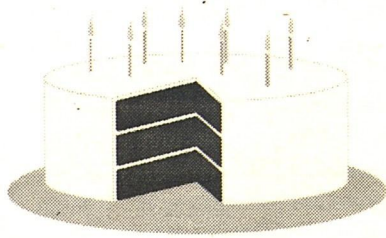
A Delegação do Porto comemora no próximo dia 7 de Dezembro o seu 24º aniversário.

PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES

17h00 - Inauguração dos novos serviços (Ginásio de Manutenção e Centro Clínico)

19h00 - Missa em sufrágio dos associados falecidos na capela da colónia de férias da Aguda

20h00 - Jantar comemorativo na colónia de férias da Aguda
Actuação de uma tuna



FESTA DE NATAL

Dia 19 de Dezembro, pelas 15 horas, na Delegação do Porto

Os alunos da Escola de Música da Sociedade Musical 1º de Agosto de Coimbrões levam à cena a peça de teatro infantil "O Sonho".

O Ilusionismo será outra das actividades que vão marcar este dia, seguindo-se um número de palhaços.

Durante a festa terá lugar a tradicional distribuição de prendas aos filhos dos associados com menos de 12 anos, terminando este dia para a criançada com um lanche.



AGENDA DA DELEGAÇÃO

7 de Dezembro

Comemoração do 24º aniversário da Delegação do Porto

8 de Dezembro

Almoço em 5º Mº da Feira, pelas 12.30 no restaurante "Talegre" em Ferral - Souto

12 de Dezembro

Almoço em Vila Real, pelas 12.30 no restaurante "A Neta"

19 de Dezembro

Festa de Natal na Delegação do Porto

20 de Dezembro

Almoço em Ponte de Lima

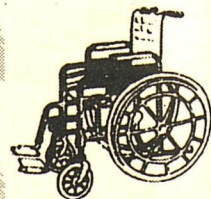
EUROPEU DE
ORTOPEDIA
CENTRO

O Centro Europeu de Ortopedia agradece a todos os deficientes das Forças Armadas e deseja Boas Festas e um Feliz Ano Novo

A Gerência

GUSTAVO MELO MENESES E VASCONCELOS

Rua Ponta Delgada, 53 • 1000 Lisboa • Tel. 355 57 56



Um espaço e uma voz

O dia 7 de Dezembro de 1974, quando um grupo de deficientes militares se reuniu no Regimento de Infantaria do Porto, acorrendo ao chamamento dos ventos de liberdade e emancipação, é consagrado como a data que marca a alma e a vontade associativa para que a ADFA na cidade invicta tivesse um espaço e uma voz.

Efectuadas as diligências por parte da comissão instaladora, foi nas instalações da ex-Legião Portuguesa, velhos edifícios e espaços ajardinados, onde ainda resistiam sinais daquela organização do Estado Novo, que a Delegação encontrou um espaço para a sua sede.

Graças ao esforço e ao contributo de muitos, os edifícios degradados deram lugar a espaços acolhedores e funcionais, nos quais foram instaladas estruturas direccionadas para a prestação de serviços aos associados.

Porém, para além do esforço de reconstrução, foi necessário erguer novos espaços para dar novas respostas que a reabilitação e a integração social impunha.

Em 1976 foi construído o edifício pré-fabricado onde foi instalada a oficina de próteses, mais tarde Centro Oficial de Meios Ortopédicos, actualmente integrado no Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, uma estrutura ao tempo inovadora que desempenhou um papel relevante na formação de quadros técnicos, na introdução de novos materiais e técnicas na construção de próteses e ortóteses.

Também não foram esquecidas as áreas destinadas ao desporto, lazer e tempos livres. A construção do refeitório em 1982, o campo de jogos em 1991 e o centro de convívio em 1996 vieram enriquecer a Delegação.

Todavia, estas instalações que em 1997 passaram para a posse da ADFA, depois da sua aquisição ao Património Geral do Estado, para regozijo e orgulho dos seus associados, não são o único e mais valioso património da Delegação. A Delegação não se confina aos limites materiais das suas instalações, pois o contrário seria negar os princípios da sua criação. A Delegação são os associados que lhe estão afectos, os quais sempre mostraram possuir uma consciência associativa legitimadora de que os seus dirigentes foram e são porta voz, quer na dimensão do espaço local onde se insere, quer no âmbito nacional da ADFA.

Os associados deram provas dessa consciência associativa quando participaram activa e empenhadamente nos debates, nas reuniões, nas assembleias gerais que se

realizaram a nível local e nacional; quando discutiram e apresentaram as suas perspectivas aquando das várias revisões estatutárias; quando compareceram massivamente nos actos eleitorais e marcaram uma presença activa na luta reivindicativa para conquista dos direitos que nos são devidos. Em suma, os associados da ADFA do Porto sempre disseram "presente" nos momentos decisivos da vida associativa, identificando-se com os ideais, valores e objectivos que presidiram à criação da nossa Associação.

Decorridos 24 anos de existência da Delegação do Porto, podem os associados orgulhar-se porque a sua Delegação tem um espaço seu e uma voz firme na defesa da reabilitação e da reintegração social. •

Abel Fortuna

Grandes momentos da Delegação do Porto



Maio de 1975 - Comemoração do primeiro aniversário nacional da ADFA pelos sócios da Delegação do Porto



Janeiro de 1984 - Visita do Presidente e Vice-Presidente do Fundo Mundial de Reabilitação às instalações do Porto



Junho de 1984 - Sessão Solene aquando da assinatura do acordo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional para a construção do Centro de Reabilitação



Junho de 1984 - Visita dos Secretários de Estado do Emprego e da Reabilitação à oficina de próteses da Delegação do Porto



Dezembro de 1990 - Festa de Natal organizada pela Delegação para os filhos dos associados



Dezembro de 1996 - Inauguração do centro de convívio da Delegação do Porto



Novembro de 1997 - Descerramento da placa comemorativa da aquisição das instalações da Delegação



Maio de 1998 - A Delegação do Porto organiza as Comemorações do 24.º Aniversário da ADFA, em Sta. Maria da Feira

7 de Dezembro de 1974

A primeira reunião no Porto

Para lembrar os tempos em que a dinâmica associativa começava a esboçar-se na cidade invicta, transcrevemos a acta da primeira reunião da Delegação, onde podemos encontrar referências às primeiras etapas da Associação no Porto, descobrindo também a determinação de quem saiu de uma guerra para iniciar outra luta de vida.

O direito à reintegração social, apoiado por uma "segunda família", foi a prioridade que pautou a actividade da ADFA no Porto a partir de Dezembro de 1974.

(...) "Mas voltando à nossa reunião no Porto, ela foi decorrendo normalmente, em princípio talvez um pouco fria e convencional, dada a reserva natural dos nortenhos mas, por fim, identificados uns com os outros, a conversa acalorou-se, o diálogo abriu-se, a amizade reinou. Leu-se o projecto de prioridades que o Ministério da Defesa elaborou quanto ao reajustamento das nossas pensões, referiu-se à entrevista tida com o nosso Primeiro Ministro, divulgaram-se planos efectuados, traçaram-se planos a efectuar.

E, uma vez mais, se vincou que reformas "chorudas" não resolvem os nossos proble-

mas, o dinheiro, processo alienatório de regimes capitalistas pode ser prejudicial ao deficiente, na medida em que o pode lançar numa ociosidade viciosa, fazer dele um peso morto a suportar pela sociedade e uma força inútil porque desaproveitada.

É por isso que a norma essencial da nossa ADFA é a reintegração social do deficiente, reintegração que se processaria a todos os níveis quer psíquicos ou físicos, eventuais ou monetários, individuais ou familiares.

Por isso e para isso se torna absolutamente necessário uma Delegação da ADFA no Porto. Para já foi constituída uma comissão instaladora de seis deficientes, cuja nomeação foi confirmada nesta reunião e que além de estabelecer os devidos contactos com vista à aquisição duma sede, inscreverá e tentará resolver os problemas mais prementes dos deficientes nortenhos.

Foi talvez o norte que mais material humano exportou para as Guerras Coloniais, consequentemente será aqui que se encontrarão maior número de deficientes e em condições que sabemos serem terríveis. Então no Porto as estruturas civis ou militares e às quais o deficiente podia recorrer, eram ainda em menor número do que em Lisboa, além de todos reconhecermos a falsidade das desaparecidas (MNF) e a eficácia das que ainda subsistem.

Resta pois ao deficiente contar apenas com a sua segunda família.

Oxalá possamos todos, membros úteis da sociedade, através da nossa Associação participar activamente na construção e consolidação do novo Portugal, tarefa extensiva a todos os bons portugueses. (...) •

Ser ou não ser profissional das Forças Armadas

FOTO: RAFAEL VICENTE

DE LISBOA
AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESES ÀS TRANSFORMAÇÕES INTERNAS
 18 DE NOVEMBRO DE 1998



Veiga Simão no encontro realizado na Universidade Autónoma de Lisboa

A extinção do Serviço Militar Obrigatório (SMO) e a entrada de seis mil contratados para as Forças Armadas, são as inovações em destaque no projecto da nova lei de serviço militar, apresentada pelo ministro da Defesa, Veiga Simão, em Lisboa, no dia 10 de Novembro passado.

A proposta inclui a possibilidade de estes novos contratados ingressarem na Função Pública, após terem concluído o contrato com as Forças Armadas, privilégio que vai abranger

os cinco mil contratados para o Exército e os mil que vão para a Marinha e Força Aérea.

Veiga Simão estima em cerca de 20 milhões de contos o custo da proposta apresentada, sendo 4,6 milhões de contos aplicados em infra-estruturas, 11 milhões de contos para despesas com pessoal e cerca de 4 milhões de contos aferidos à campanha de "marketing" para informar e atrair os possíveis voluntários.

Foi avançado que a reforma do

serviço militar envolve uma redução de cerca de 2300 oficiais e sargentos dos quadros permanentes, sem ter sido explicitado o método a usar pelo Governo para efectivar essa redução.

O serviço efectivo em regime de contrato varia entre os dois e os nove anos, verificando-se a possibilidade de redução do tempo para um ano, se o contratado participar nas forças de segurança, ou de expansão para 20 anos, nos casos especiais de elevada formação profissional e técnica.

A possível eliminação a título definitivo do SMO num período de quatro anos (até ao ano 2003) não invalida a hipótese de recrutamento excepcional por convocação ou por mobilização, sendo a primeira sempre decidida pelo Conselho de Ministros, para garantir o número mínimo de efectivos em tempo de paz, funcionando a mobilização apenas em tempo de guerra.

Os incentivos ao voluntariado previstos na nova lei incluem a equivalência de graus académicos, bolsas de estudo e subsídios para propinas, apoio à inserção no mercado de trabalho, entre outros.

Algumas reacções a este novo regime de serviço militar prendem-se com a possibilidade de se criar uma "força armada mercenária", uma vez que os novos militares "deixam de cumprir um dever de defesa da Pátria

para se tornarem assalariados da guerra", como foi referido por Raimundo Narciso, membro da Comissão de Defesa da Assembleia da República e deputado do grupo parlamentar do PS, ao analisar os pontos em desfavor do novo regime.

Os adeptos do voluntariado defendem que a conscrição (regime do SMO) se encontra ultrapassada, pois a evolução técnica e científica impõe alterações de fundo que passam por um contingente militar mais reduzido.

Eduardo Pereira, presidente da Comissão de Defesa da Assembleia da República, ao dirigir-se recentemente aos participantes de uma mesa redonda organizada pela Universidade Autónoma de Lisboa salientou a importância das associações de militares para tratar todas as questões caso a caso. "Têm que existir associações que permitam responder às questões dos militares", referiu adiantando que "não há colisão entre os interesses e as práticas".

Espera-se que ao abrigo deste novo regime de serviço militar os efectivos atinjam, em 2003, uma presença feminina nos três ramos das Forças Armadas, na ordem dos oito por cento.

R.V.

150.º aniversário da Revista Militar

Imprensa militar e comunicação social motivam debate

FOTO: RAFAEL VICENTE

A revista mais antiga do mundo, na área das publicações militares, a "Revista Militar", comemora este ano 150 anos de existência, com edição ininterrupta desde 1848.

No passado dia 6 de Novembro, a "Revista Militar" organizou, nas instalações do Instituto da Defesa Nacional, um "Colóquio com a Comunicação Social e Imprensa Militar", iniciativa que se encontra inserida num conjunto de actividades que se iniciaram em Maio deste ano e que se prolongam até ao final de 1999, para comemorar o aniversário da publicação.

Emídio Rangel, director de Informação e de Programas da cadeia televisiva SIC, participou no debate aberto no Colóquio e salientou que "as



Emídio Rangel com o general José Lopes Alves

Forças Armadas não escapam aos designios da era da comunicação", referindo ainda que as exigências dos novos públicos e o imediatismo dos media levam a que "nenhum plano militar esteja completo sem uma vertente comunicacional".

"Os chefes militares têm que ser líderes de opinião", realçou Emídio Rangel, constatando que "parece haver ainda uma postura de distanciamento" por parte das entidades militares.

O general José Lopes Alves, presidente da Direcção da "Revista Militar" lembrou o relacionamento "técnico e cultural entre os órgãos de comunicação militares", lamentando o facto de não mais terem sido realizados os colóquios onde, durante 9 anos

(de 1984 a 1993), se debateram assuntos importantes para o meio. Ficou lançado o desafio para a recuperação dessa iniciativa, com a possibilidade de se realizar um 10.º Colóquio, com a colaboração da "Revista Militar".

O director da revista "Mais Alto", general Baptista Pereira, marcou a homenagem à "Revista Militar" indicando o valor desta publicação que, "sabendo acompanhar a mudança com sábia serenidade", tem constituído um referencial para a Imprensa Militar, reconhecendo que "só o labor e a dedicação de quantos têm produzido a revista" permite uma vida tão longa, e o desenvolvimento de um "estado de espírito jovem" face à sociedade em que se encontra inserida.

R.V.

Colóquio Europeu sobre deficiência e «stress» na FIL

Talento e energia não devem ser menosprezados

O desenvolvimento de esquemas de apoio às famílias dos cidadãos portadores de deficiência, a criação de uma rede nacional de apoio domiciliário, maior cobertura do país por serviços e equipamentos sociais e a promoção de iniciativas para a integração, foram as grandes linhas da comunicação do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, que participou no Colóquio Europeu subordinado ao tema "Intervir Junto

das Pessoas Portadoras de Deficiência Mental. Stress, Esgotamento - Formação das Famílias e Profissionais" de 11 a 13 de Novembro, no Centro de Congressos da FIL, organizado pela Delegação de Lisboa da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), em colaboração com a Associação Internacional para a Pesquisa em favor das Pessoas Deficientes Mentais, Universidade de Liège e com

o Programa Euforpoly (Leonardo da Vinci).

O ministro referiu ainda que "a relação que se estabelece com estas pessoas, sejam crianças, jovens ou adultos, será sempre, de uma maneira ou de outra, gratificante - pelos laços de especial afectividade que se estabelecem, como pela aprendizagem única que se faz", salientando da mesma forma que "este potencial de talento e energia não deve ser menos-

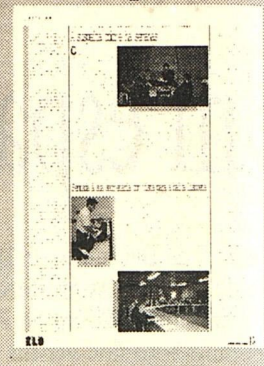
prezado". Focou também o apoio financeiro à integração da pessoa portadora de deficiência que ascendeu de 550 mil contos para um milhão de contos, de 1995 até este ano.

No Colóquio abordou-se o problema do «stress» e esgotamento dos profissionais e familiares das pessoas portadoras de deficiência, bem como trabalhos em grupos organizados pelas entidades que participaram no evento.

"Tem que haver maior formação para desenvolver as parcerias", referiu Ana Luísa Rego, da comissão organizadora do Colóquio e da Delegação de Lisboa da APPACDM, realçando que "estes eventos são importantes para que os organismos oficiais sejam alertados para estas questões e para que vejam o envolvimento activo e dinâmico por parte das instituições".

Nos três dias deste Colóquio defendeu-se que o apoio à deficiência passa por incentivar as suas capacidades, reforçar a sua identidade e por "elaborar meios de defesa que o protejam de situações de «stress» e esgotamento".

R.V.



JORNAL DE NOTÍCIAS

7 de Novembro de 1998

"Artesanato de ourivesaria, pintura em tela e barro e miniaturas em trabalhos manuais são algumas das propostas que a "Exposição de Pintura e Artesanato" da Delegação do Porto da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) oferece ao público, até à próxima sexta-feira.

A instituição, sita na Rua de Pedro Hispano, 1105, pretende, dessa forma, dar voz ao talento de três artistas."

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

9 de Novembro de 1998

"O DL n.º 240/98, de 7/8, veio estabelecer que os pensionistas de invalidez do serviço militar obrigatório e que os beneficiários das pensões de reforma extraordinária que tenham prestado serviço militar em regime de voluntariado ou de contrato com as Forças Armadas, podem acumular tais pensões com a pensão de aposentação a que tiverem direito pelo cargo público posteriormente exercido, mediante requerimento à Caixa Geral de Aposentações.

24 HORAS

11 de Novembro de 1998

(...) "Para a ADFA (Associação dos Deficientes das Forças Armadas), a situação, que "tende a arrastar-se sem fim à vista", é reveladora da "incompreensível como gritante falta de justiça" quanto à forma como Portugal trata os seus feridos de guerra - comportamento absolutamente único no quadro dos parceiros estratégicos da OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte)."

«Stress de Guerra»

Terapia de grupo regressa à ADFA

Depois de uma interrupção de alguns anos, a ADFA começou com as sessões de terapia de grupo para acompanhamento e despiste do «stress de guerra», com a primeira sessão realizada no dia 6 de Novembro, orientada pelo médico psiquiatra Monteiro Ferreira.

«Há cerca de dois anos a DN interessou-se em fazer regressar as terapias individuais e de grupo», refere o psiquiatra, salientando que «a Associação foi a primeira entidade a dinamizar a terapia de grupo em Portugal».

«O «stress de guerra» é uma doença psicológica crónica que pode afectar um indivíduo que tenha estado envolvido em situações de determinada intensidade traumática», recorda Monteiro Ferreira, lembrando ainda que os sintomas da doença surgem de acordo com a forma como o indivíduo revive os acontecimentos traumatizantes, contra a sua vontade.

Para o psiquiatra ao serviço da ADFA, as terapêuticas medicamentosas dão muitas vezes provas de insucesso, sendo a terapia de grupo a que melhores efeitos evidencia, aperfeiçoando as interações com as outras.

O primeiro grupo em funcionamento foi seleccionado com critérios rigorosos que permitiram contactar com casos com «grandes probabilidades de sucesso». Mais tarde, vai ser alargada a abrangência desta iniciativa.



Monteiro Ferreira orienta as sessões de terapia de grupo na ADFA

O grupo reúne-se semanalmente em sessões de uma hora e meia, durante cinco ou seis meses (provavelmente até Março ou Abril), com a orientação de Monteiro Ferreira. Posteriormente, vai tentar-se a implementação de grupos de auto-ajuda, em que será um ex-combatente já reabilitado que passa a liderar cada sessão.

O número de pessoas que compareceram às sessões iniciais foi mais baixo do que é habitual na terapia de grupo, contando o grupo com cinco elementos, esperando-se que os participantes cheguem ao máximo de uma dezena.

O contacto com memórias recal-

çadas gera momentos de grande intensidade, mas, por outro lado, uma sensação de unidade e de sintonia. «Com a consciencialização destes problemas surge uma corrente de confiança entre os participantes», salienta o coordenador do grupo que confessa que «o tema é complicado, exigindo uma compreensão do sofrimento e uma grande presença de espírito».

Monteiro Ferreira realça três nomes que contribuem para o sucesso desta iniciativa: Afonso de Albuquerque, médico psiquiatra, há muito conhecido neste ramo, José Tropa, também psiquiatra, e Teresa Infante, psicóloga clínica da ADFA e orga-

nizadora da logística que envolve as sessões de terapia de grupo.

«Assumir sem culpas as consequências da Guerra Colonial» é o que o orientador da terapia de grupo na ADFA defende como meio para evitar que o atraso português nesta área seja mais pronunciado.

A terapia de grupo para as mulheres das vítimas do «stress de guerra», é «um complemento desta terapêutica, não pondo de parte a hipótese de realizar sessões de terapia familiar».

Para o psiquiatra, os números avançados no estudo efectuado por Afonso de Albuquerque estão «correctos, mas muito por baixo». Para este médico há que contar com as três gerações que convivem com as vítimas de «stress de guerra».

Mário Inácio frequentou a terapia de grupo da ADFA durante 2 anos, em regime semanal e continuou no Hospital Júlio de Matos por ano e meio, na altura em que a Associação parou com as sessões.

Para este associado, a terapia de grupo «é um tratamento barato para o Estado», uma vez que a logística que o envolve «não é assim tão dispendiosa».

«Ver para crer» é a disposição deste associado que afirma que a ADFA está a trabalhar no bom sentido, esperando que a DN faça pressão para que esta valência tenha continuidade. *

R.V.

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Camilo Ansumane Biai

Sócio nº 9511
45 anos
Faleceu no dia
09/10/98



Residia em Lisboa. Pertenceu ao Exército e foi incorporado no CCS/GG/CTIGUINÉ.

Custódio Catarino

Sócio nº 8804
56 anos
Faleceu no dia
25/12/97



Residia em Torres Novas. Pertenceu ao Exército e apresentou-se no RAL 3. Serviu no B. Caç. Paraq. 21-Cº nº 2.

Issub Can

Sócio nº 12904
63 anos
Faleceu no dia
24/08/98



Residia na Amadora. Deixa viúva Maria Augusta C. Ribeiro Can e 4 filhos orfãos. Pertenceu ao Exército e serviu no G.A. de Luanda.

Jerónimo J. M. Valério

Sócio nº 10631
58 anos
Faleceu no dia
08/10/98



Residia no Montijo. Pertenceu ao Exército e serviu em Angola, no Batº Caç. 395 Compº 295.

José Marques

Sócio nº 7439
44 anos
Faleceu no dia
04/10/97



Residia no Funchal. Deixa viúva Maria Dolores S. da Encarnação. Pertenceu ao C.D.R.M. do Funchal.

Opinião

As liberdades e o ELO



As comemorações iniciaram-se com a exposição «Lisboa e as Liberdades»

No passado dia 23 de Novembro o ELO completou 24 anos de publicação, ao serviço da palavra da massa associativa da ADFA.

As comemorações foram iniciadas no dia 20 de Novembro, com a abertura ao público de uma exposição fotográfica intitulada «Lisboa e as Liberdades», com trabalhos de Fernando Carvalho, membro do Grupo Local Portugal 1, da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional. A

exposição marca também a comemoração do 50º aniversário da promulgação do texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

O ELO tem sido a referência dos associados quando se trata de procurar as novidades sobre a ADFA e sobre a situação social dos deficientes militares e cidadãos portadores de deficiência em geral.

Ao longo destes 24 anos de existência, o ELO tem sido a voz das reivindicações dos associados junto das entidades oficiais, participando activamente em grande parte dos eventos que envolvem o mundo da deficiência.

Desde os tempos em que a publicação de cada número dependia dos fundos angariados, até aos nossos dias, passando pelos vários corpos redactoriais que fizeram desta publicação associativa um jornal de qualidade, o ELO tem sido um elemento informativo constante nas mãos de associados, familiares, amigos, organizações e entidades públicas e constitui uma referência no panorama do jornalismo associativo para a deficiência.

Na altura em que foi lançado, o ELO era publicado todos os quinze dias, tendo passado a ser distribuído mensalmente, com uma tiragem média actual de 9500 exemplares por mês.

No ELO pode consultar-se material informativo que ilustra um período muito importante da História de Portugal. As referências à revolução de Abril, às etapas reivindicativas da ADFA e ao fortalecer da

Democracia em Portugal, são elementos preciosos para quem se dedicar ao estudo a História Contemporânea do nosso País.

A edição do ELO não seria possível sem a valiosa participação de colaboradores convidados e dos associados que não deixam de contribuir com cartas e artigos de opinião. Não pode ser esquecido o esforço das delegações no envio de informação todos os meses, o trabalho de montagem na Tipografia-Escola da ADFA, o espírito de equipa na redacção e o olho fotográfico de Farinho Lopes, entre outros, que têm acompanhado o órgão de comunicação social da Associação desde que este apareceu nas mãos dos associados na manifestação que ia da Avenida da Liberdade até S. Bento, no dia 23 de Novembro de 1974.

No próximo número o ELO publica notícias sobre o tradicional jantar de aniversário, com destaque para o debate «Direitos Humanos e Pessoas Portadoras de Deficiência» que, à data de fecho da redacção, ainda não se efectuaram. *

R.V.

Balanço de um ano

Num só ano de mandato, 75 por cento do programa eleitoral apresentado aos sócios para o triénio, foi já concretizado, na opinião dos Órgãos Sociais. Os principais acontecimentos e concretizações deste período são descritos, analisados e avaliados quer no artigo de fundo quer na voz dos presidentes da MAGN, DN e CFN.

Direcção Nacional

Fazer um balanço de um ano de trabalho da DN, de Novembro de 1997 a Novembro de 1998, constitui uma tarefa complicada, mas que vale a pena tentar.

No domínio reivindicativo o trabalho desenvolveu-se em várias frentes: no Conselho Consultivo da Defesa (CCADFA), nas entrevistas realizadas com os representantes dos órgãos de soberania e manifestações públicas.

No CCADFA foram estabelecidas prioridades em relação à situação das viúvas, dos deficientes militares sem pensão, à possibilidade de acumulação das pensões de invalidez com as pensões de aposentação para os deficientes em serviço da função pública e similares, à alteração das Juntas da Caixa Geral de Aposentações, ao abaixamento do grau de incapacidade de 70 para 60% para qualificação de

GDA, ao "stress de guerra", ao alargamento do prazo para os ex-milícias dos Palop e situação da progressiva degradação das condições de apoio médico e ortoprotésico aos deficientes militares.

Posteriormente juntamos o DL134/97 às nossas preocupações, embora com diferentes prioridades.

A recente publicação dos Decretos-Lei nº 240, 241 e 248 em Agosto último vieram concretizar a resolução de algumas das questões levantadas pela ADFA.

Actualmente temos como prioridades o problema dos grandes deficientes sem pensão e o "stress de guerra".

Quer numa situação quer noutra, já apresentamos no MDN as nossas contra-propostas para uma resolução justa dos problemas existentes.

Paralelamente as nossas inter-

venções junto do Secretário de Estado da Administração Interna, Alto Comissário para as Minorias Étnicas e MDN, têm resultado no reequacionamento da atribuição da nacionalidade e da organização dos processos dos nossos associados oriundos dos Palop.

A morosidade destes processos tem sofrido várias e repetidas críticas da ADFA, tendo resultado, para já, na tomada de posição da Caixa Geral de Aposentações em pagar imediatamente as pensões (embora pequenas) aos associados que tenham a sua situação resolvida e publicadas nos antigos Boletins Oficiais das ex-Provincias Ultramarinas.

Preocupa-nos sobremaneira a extinção do anexo do HMP e a busca de soluções para acolhimento a estes deficientes militares.

A situação já foi exposta aos responsáveis militares do Exército.

Neste aspecto como em outros, é importante a coordenação de esforços de todas as Delegações e Núcleos em harmonia com a Direcção Nacional.

Participamos activamente em reuniões mensais no âmbito do Conselho Consultivo do Lar Militar, numa tentativa de ajudar a reequacionar o funcionamento do sector oficial, e de um mais equilibrado aproveitamento das potencialidades do equipamento do Lar, de molde a melhor servir os Deficientes Militares residentes e não só.

A progressiva deterioração das condições de assistência médica pelos Hospitais Militares, tem sido repetidamente apresentada pela ADFA.

Não permitiremos que a política governamental de concentração de meios seja feita à custa do estrangulamento de recursos para os Hospitais Militares. Se tal se verificar os primeiros prejudicados como utentes somos nós, deficientes militares.

Nos contactos que temos mantido com a hierarquia e responsáveis pelos hospitais, temos apresentado incessantemente a temática da eficácia dos serviços médicos.

Enquanto estes esforços continuam, fomos forçados a organizar a nossa própria clínica, que já possui onze valências, nas especialidades onde as carências eram maiores ao nível da saúde militar.

Seja-nos permitido com satisfação afirmar que o despiste e tratamento dos casos de "stress de guerra" é uma realidade na ADFA, quer no tocante às entrevistas individuais quer à técnica de Terapia de Grupo.

Não foi fácil vencer inércias anteriores, mas com a boa vontade dos técnicos competentes, psiquiatras e psicólogos, esta velha aspiração tornou-se realidade.

No respeitante a instalações dignas para a nossa Tipografia-Escola temos finalmente a solução, segundo pensamos. Aliás a possível cedência de uma pequena parte da EPAM em

direito de superfície transformou-se depois na compra de quase seis mil metros desta antiga unidade, onde alguns edifícios existentes permitirão garantir para já custos de estadia de alguns associados, da mais diversas zonas do país, que queiram ou necessitem de permanecer em Lisboa para tratamento ou substituição / reparação de próteses.

O projecto da Tipografia está iniciado, embora requeira recursos financeiros e técnicos que não temos, mas que solicitamos ao MDN.

Este projecto está em fase de arranque e poderá abrir novos horizontes no capítulo da prestação de serviços aos associados.

A inauguração das novas instalações em Faro em Outubro último, vai permitir uma nova dinâmica associativa, segundo cremos.

Como nem tudo corre à medida dos nossos desejos, lamentamos que o Projecto de Silves tenha fracassado. Não concordamos e não aceitamos as condições propostas pelo novo executivo camarário.

Perdeu-se uma oportunidade de avançar com um centro de férias modelo, para pessoas com deficiência.

Esperamos que outras ocasiões surjam e que a ADFA tenha o dinamismo necessário para as concretizar.

Dentro da perspectiva de alteração dos quadros dos nossos colaboradores, temos feito o possível para normalizar a selecção e administração



Espaço das instalações da Delegação do Porto, para as quais se procede a estudos para criação de estruturas, tendo em vista também a terceira idade

O futuro

A dúvida permanece no que respeita a criar uma estrutura autónoma para gerir os serviços da ADFA. Das hipóteses avançadas destacam-se as ideias de formar uma empresa ou uma fundação. Em relação à hipótese de desenvolver uma fundação, avançou-se que esta deveria estar aberta a outras organizações (bancos e grandes empresas), tendo sido proposta pela DN a constituição de uma comissão de estudo sobre esta área, integrada por elementos dos conselhos consultivos da ADFA, que apresentaria as suas conclusões até Março do ano que vem.

"É urgente tratar desta questão", alertou o presidente da DN, aludindo à estrutura associativa de cerca de 16 mil associados que a ADFA representa. As actividades desenvolvidas passam pela formação profissional, pelos serviços clínicos, pelo lazer e cultura, pelos projectos Miraforma e Novo Rumo, sem esquecer o contacto com a FMAC e com o CRPG, para citar as vertentes mais conhecidas.

"A ADFA é ouvida a nível nacional, sendo uma referência no campo da reabilitação", lembrou Humberto Sertório, referindo ainda o convite da Junta de Freguesia do Lumiar para colaboração na comissão organizadora das comemorações do Dia Internacional do Deficiente (3,4 e 5 de Dezembro), como exemplo de participação activa nas actividades sociais das zonas onde a ADFA se encontra.

A terceira idade é uma questão que a todos preocupa, com destaque para a procura de instalações que possam ser usadas no alojamento e acompanhamento dos associados que, com o avançar da idade não consigam fazer uma vida com maior autonomia.

Nesta reunião propôs-se a constituição de uma comissão de elementos das direcções das delegações para estudo das estruturas residenciais para a terceira idade dos associados, uma vez que há abertura por parte do Ministério da Defesa Nacional para receber as sugestões e os projectos que a Associação apresente.

Repensar o futuro e reflectir sobre a posição da ADFA na sociedade, foram pontos marcantes na discussão do dia 7 de Novembro último, em que se reuniram os representantes das delegações com os Órgãos Sociais Nacionais.

"ADFA de hoje, que futuro?" Foi esta a pergunta levantada na reunião com o intuito de reflectir sobre a forma como a Associação pode vir a defender os interesses dos associados, quer ao nível da reivindicação, quer

ao nível dos serviços que presta aos seus associados e à comunidade.

O actual modelo de gestão baseia-se na eleição de uma direcção política responsável, formada por órgãos democraticamente eleitos, com a capacidade de gestão do património e dos serviços que a ADFA tem a possibilidade de prestar, dando resposta aos novos desafios.

No futuro pretende-se que a Associação desenvolva duas dimensões na sua actividade: uma vertente

associativa, que assuma as reivindicações legislativas e reabilitacionais; outra que gira com os serviços e que a ADFA tem vindo a desenvolver.

Separar a parte reivindicativa e associativa dos serviços e actividades é o objectivo desta reflexão.

Da reunião saíram ideias de não reduzir as actividades, "não esperando que o Estado desenvolva todo o acompanhamento e apoio", quando esse trabalho pode ser complementado pela própria Associação.

Ano de mandato

do pessoal, dentro de critérios de estrito profissionalismo e, sempre que em igualdade de circunstâncias preferindo associados e seus familiares.

Aproximamo-nos de um grupo etário que implicará cada vez mais a presença de um quadro de pessoal jovem e qualificado. O funcionamento dos serviços deve ser imune às perturbações resultantes do funcionamento democrático da ADFA e às crises associativas.

Caminhamos nesse sentido, quando na Sede iniciamos as reuniões semanais dos Técnicos superiores ou equivalentes que gerem de facto o funcionamento dos serviços, com reflexos a nível nacional.

Nestas circunstâncias remodelamos o Serviço de Apoio Social, da Dinamização, Desporto e Cultura e iniciamos o processo de implementação de um Serviço de Reabilitação.

Durante este ano de mandato as realizações associativas e de permanente contacto com as Delegações e Núcleos prosseguiram com elevado ritmo, atingindo o seu ponto alto nas comemorações do 24º Aniversário da ADFA, organizados pela Delegação do Porto e envolvimento nacional em Santa Maria da Feira.

Aliás a envolvimento de um grande número de associados nas reivindicações legislativas foi importante e claramente expressa em duas manifestações públicas realizadas respectivamente em Coimbra e na Feira.

ELO - Em síntese, como caracteriza este primeiro ano de mandato?

H.S. - Este primeiro ano de mandato caracterizou-se pelo grande envolvimento da estrutura associativa e dos associados a nível nacional, na consecução dos objectivos que esta Direcção lhes propôs nas eleições de 1997 e que estes sufragaram com uma participação nunca antes conseguida em actos desta natureza na nossa Associação.

A prova deste empenhamento está na taxa de execução conseguida, de cerca de 75% do programa, perspectivado para três anos de mandato, se ter atingido no seu primeiro ano.

Este ano caracterizou-se também pela reflexão que se tem vindo a fazer sobre as medidas a implementar, no sentido de se estudarem alternativas para um desenvolvimento harmonioso dos serviços que a ADFA, no futuro, pode e deve oferecer aos seus associados, no âmbito da prestação de serviços de saúde e de residências que nos possam acolher na nossa terceira idade.

ELO - Quais as medidas que destaca por serem marcantes neste mandato?

H.S. - As acções desenvolvidas e que de algum modo marcaram esta primeira fase do nosso mandato, iniciaram-se com a grande mobilização para a Assembleia Geral Nacional, realizada em Abril na Cidade de Coimbra, onde foram analisadas as questões legislativas em discussão no âmbito do Ministério da Defesa Nacional e que teve como consequência a manifestação pública junto ao monumento dos Heróis do Ultramar.

O 24º Aniversário da ADFA realizado em Santa Maria da Feira, foi outro dos pontos marcantes do nosso mandato, pelo envolvimento de todas as Delegações e associados na acção de protesto levada a efeito nesta cidade e pelo almoço comemorativo em que participaram mais de um milhão de pessoas.

Estas acções, os contactos e reuniões que a Direcção Nacional foi estabelecendo com o Ministério da Defesa e com outros Órgãos de Soberania fizeram com que fosse possível serem publicados em Agosto, os Decretos-Leis n.º 240, 241 e 248/98 que vieram abranger centenas de situações, nomeadamente as viúvas e camaradas em serviço que há quase um quarto de século esperam ver resolvidas as suas situações.

Outra acção marcante deste período foi o reactivar do despiste e tratamento dos nossos associados que sofrem de Stress de Guerra, nesta fase ainda só no Porto e Lisboa, já com o início das terapias de grupo na Sede, mas que numa fase posterior pretendemos alargar às delegações que tenham condições para prestar este serviço.

A inauguração das novas instalações das Delegações de Famalicão e de Faro, assim como a inauguração do Museu da Guerra Colonial nas instalações da Delegação de Famalicão, foram pontos altos que demonstraram o empenhamento e o esforço dos nossos camaradas destas regiões no engrandecimento da ADFA.

ELO - O que pensa do momento associativo actual?

H.S. - O actual momento associativo caracteriza-se, pelo grande envolvimento e empenhamento que os Órgãos Nacionais e Locais têm demonstrado na procura de soluções que dêem resposta às necessidades do universo dos nossos associados.

Esta capacidade de intervenção e de comunicação com os associados tem-se revelado determinante para atingir os nossos objectivos.

Apesar desta confluência de esforços, lamentamos ainda existirem algumas franjas de associados que por falta de prática democrática ou por outros interesses, não se empenham na construção de uma ADFA, que pretendemos ser de TODOS e cada vez mais, uma melhor referência na sociedade. •



Humberto Sertório

começa aqui

Após ter sido contactado o IASFA para usar as suas instalações para os associados mais idosos e sem se ter atingido qualquer solução por esta via, a ADFA constata que "a saúde dos militares cada vez tem menos meios financeiros", sublinhando-se que "temos que criar as nossas alternativas".

No que respeita a instalações que possam servir estas necessidades para a terceira idade, o realce foi para os espaços da Escola Prática de Administração Militar (EPAM) e da Delegação do Porto.

Foi apresentado um programa prévio do que pode vir a ser construído nas antigas instalações da EPAM, considerando os locais onde será possível instalar a tipografia da ADFA, bem como se discutiu sobre a hipótese de criar estruturas para alojamento de associados que se deslocam a Lisboa, ou que se encontrem em situação mais debilitada de saúde e de idade.

O programa prévio inclui uma valorização do espaço da antiga

EPAM, tanto pelo número de acessos projectados, como pelo realce dado ao interior ajardinado do local.

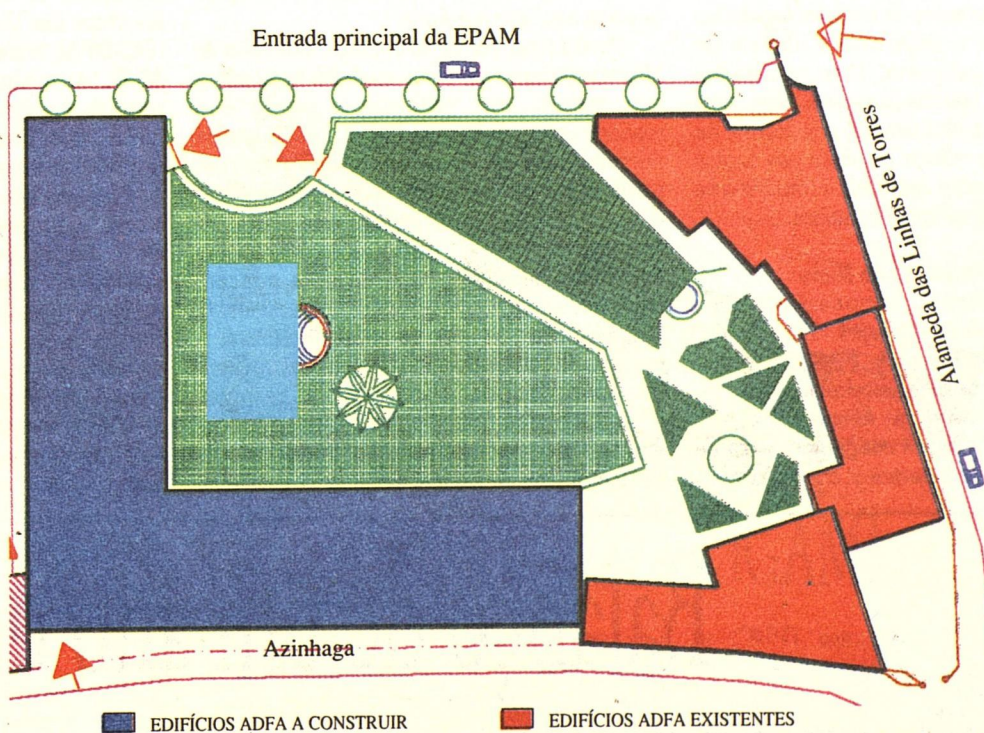
Três dos edifícios existentes estão a ser recuperados, tendo sido já mobilados os quartos de um desses espaços.

A integração do prédio militar no Plano Director Municipal como prédio civil é outra das preocupações da DN, que já encetou contactos com o MDN para que se assumam as alterações necessárias para esse efeito.

É do conhecimento da ADFA que o Secretário de Estado da Defesa já emitiu um despacho cedendo, a título oneroso, parte das instalações da EPAM à Associação, prevendo-se a celebração do contrato para Janeiro próximo.

A ADFA está a velar pelas instalações na sequência de contactos e solicitação do MDM, para sustar as acções de vandalismo que se vinham verificando.

No Porto o futuro passa também por desenvolver um projecto que dê resposta aos problemas inerentes à



Ideia geral para o aproveitamento do espaço das instalações da antiga EPAM, cujo contrato de aquisição a ADFA vai celebrar em Janeiro próximo.

terceira idade. "O debate para encontrar soluções já foi aberto, considerando que estas mudanças de estruturas não podem ser efectuadas sem uma base de diálogo e discussão de alternativas dentro da Associação", como refere Abel Fortuna, presidente da Direcção da Delegação do Porto.

Um projecto moderno, tendo como ideia central uma estrutura adequada às pessoas portadoras de deficiência, é uma proposta de trabalho que pode envolver a Segurança

Social e a comunidade local.

Factor importante para o sucesso desta iniciativa é que a Delegação disponha de meios e serviços com a capacidade de financiar o projecto social.

Outro objectivo será o de conciliar os vários aspectos de forma a conferir rentabilidade ao projecto.

Abel Fortuna lembra que não se pretende "criar um lar-armazém de idosos, mas sim construir um espaço de alojamento temporário, onde o

cidadão deficiente seja integrado na sociedade, em família".

Para recolher ideias que permitam acompanhar os novos desafios, vão fazer-se visitas a algumas estruturas europeias, tendo em conta a realidade mais global em que a ADFA está inserida.

Estas reflexões são o ponto de partida para discussão no próximo Conselho Nacional. •

R.V.



Jorge Maurício

Coessão associativa dá bons resultados



Horta Carneiro

O processo de renovação da ADFA, iniciou-se em 1995 com a preparação do acto eleitoral desse ano e, desde essa altura todos os associados podem verificar os frutos dessa mudança. Foi em 1995 que se equacionaram as necessidades legislativas e se iniciou um processo reivindicativo que se foi aperfeiçoando e intensificando, ao longo dos três mandatos. Estes Órgãos Sociais tiveram a sensibilidade política para adequarem o processo reivindicativo às condições concretas existentes e os bons resultados estão à vista de todos.

Como balanço do primeiro ano de mandato, é com satisfação que verifico que a maior parte das propostas do programa eleitoral estão cumpridas e o que ainda não está feito encontra-se em bom desenvolvimento.

Neste momento do mandato, recordo a saída de importante legislação pela qual a ADFA pugnava há 24 anos, a compra de imobiliário valioso, feita em óptimas condições financeiras, as comemorações das efemérides da Associação, sempre conseguidas com grande mobilização associativa, o excelente contacto e interligação entre todos os dirigentes da ADFA e um sem número de realizações, destacando-se um bom desempenho no Conselho Consultivo para os assuntos dos DFA, onde o 1º vice-presidente da DN tem tido uma actuação notavelmente construtiva.

Há pela frente mais dois anos de mandato, que irão trazer certamente para a ADFA mais realizações de grande interesse associativo e os associados sentir-se-ão satisfeitos por no último acto eleitoral terem votado na nossa lista.

Faltam dois anos para terminarmos este mandato e, por aquilo que me é dado ver, espero que se consigam mais realizações e estou certo que levaremos a ADFA mais longe e a um melhor porto. •

Os direitos dos associados efectivos, estão definidos no Art.º 10 dos Estatutos. Desde o início do seu mandato, que o CFN se colocou à disposição de todos os associados, para prestar esclarecimentos sobre a situação económica e financeira da ADFA e o modo de funcionamento de qualquer dos sectores de actividade (conforme alínea f) e g) do referido Art.º 10 dos Estatutos).

Porém, até à presente data apenas meia dúzia de associados se dirigiu ao CFN a pedir esclarecimentos, não sobre os assuntos a que se referem as citadas alíneas, mas apenas sobre assuntos específicos de carácter reivindicativo.

Assim, e para que os associados estejam cientes das actividades desenvolvidas, e da situação financeira referentes ao 1º semestre do ano em curso, o CFN informa sucintamente, o seguinte:

1 - Do Plano de Actividades apresentado pela DN para o ano de 1998, onde constam os objectivos a atingir durante o corrente ano, foram na sua esmagadora maioria cumpridos no 1º semestre.

2 - Feita a análise financeira do 1º semestre de 1998 concluiu o CFN que se conseguiu uma relativa estabilidade.

3 - Estes resultados devem-se à forte coessão associativa, que apesar de alguns obstáculos e desinformação, deu os seus frutos. •

Exercício de Memória

Um destes dias tive necessidade de consultar números antigos do Jornal ELO e, ao esfolhear os números editados este ano, dei conta da grande e intensa actividade associativa que se viveu ao longo dos últimos meses, em que sobressaiam vários pontos altos que poderemos considerar de autêntica viragem nos rumos desta Associação. Pareceu-me útil tornar comum a todos os associados e leitores este exercício de memória e achei por bem escrever este pequeno apontamento focando as etapas que marcaram o percurso da ADFA em 1998.

Coimbra, 18 de Abril

A Assembleia Geral Nacional realizada nesta data na cidade do Mondego constituiu a primeira grande manifestação pública do descontentamento dos deficientes militares pela não satisfação, pelo poder político, das justíssimas reivindicações de carácter legislativo que de há muito vinham sendo objecto de negociações de gabinete, sem resultados palpáveis. Aquela marcha silenciosa pelas ruas de Coimbra até ao Monumento aos Heróis do Ultramar mereceu espaço noticioso dos órgãos da Comunicação Social nacionais e locais e teve grande repercussão na opinião pública.

Santa Maria da Feira, 17 de Maio

As comemorações nacionais do 24º Aniversário da nossa Associação, concentradas na cidade de Santa Maria da Feira, tiveram o seu ponto alto no convívio associativo do dia 17. E se um mês antes a Assembleia e a manifestação de Coimbra congregou cerca de 200 associados, responderam à chamada mais

de 1000 pessoas, entre associados e familiares, à manifestação e almoço de Santa Maria da Feira.

Lisboa, 25 de Junho, a esperança renascida

A luta estava na rua e a mobilização era imparável. A opinião pública sempre esteve do nosso lado e a Comunicação Social começava a perceber a vastidão dos problemas herdados da guerra. Os testemunhos de um grupo de viúvas de guerra no programa "Fátima Lopes" da SIC foi disso a prova mais flagrante. Bastava novo apelo à mobilização e o próximo passo seria muito mais mediático.

Felizmente já não foi necessário. A Direcção Nacional continuava a sua acção persistente junto das várias instâncias do poder e as manifestações de solidariedade e de apoio também aqui iam surgindo.

Finalmente, em 25 de Junho, o Conselho de Ministros aprovava várias medidas legislativas que vieram dar resposta a parte das reivindicações. O Decreto-Lei nº. 240/98 que dá nova regulamentação ao exercício de funções públicas por parte dos deficientes militares e à acumulação de pensões pelos mesmos; vem também conferir o direito às suas viúvas e herdeiros de usufruírem de uma pensão, independentemente do grau de incapacidade. O Decreto-Lei nº. 241/98 que vem racionalizar a composição das Juntas Médicas da Caixa Geral de Aposentações, com vista a resolver divergências de fundamento entre estas e as Juntas Militares. O Decreto-Lei nº. 248/98 que reduziu o grau de incapacidade de 70 para 60%

para a atribuição da qualificação de Grande Deficiente das Forças Armadas (GDFA).

"Stress de guerra", nova frente de luta

Problema antigo, nem sempre devidamente equacionada dentro da própria ADFA, o "Stress de guerra" ganhou actualidade ao longo deste ano e estão dados passos importantes para o seu devido reconhecimento e enquadramento legal.

O problema está a ser conduzido pela Associação em duas frentes: a reivindicativa e de sensibilização, cujo passo mais significativo foi a apresentação, pelo PSD, de um projecto de Lei na Assembleia da República. Posteriormente, a ADFA apresentou uma contra-proposta que complementa e enriquece aquele projecto, a qual foi enviada às várias instâncias do poder político e já foi objecto de discussão no Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), órgão institucional do MDN onde a ADFA tem vindo a assumir uma força negocial e prestigiante, reconhecida por todos os que nele têm assento. Mas os órgãos executivos da ADFA não ficaram à espera do que há-de vir e, a par dos debates que tem suscitado ou apoiado, já lançou acções concretas. Todas as sextas-feiras têm lugar nos serviços clínicos da Sede nacional sessões de terapia de grupo conduzidas por uma equipa terapêutica orientada pelo Prof Afonso de Albuquerque.

Este problema está a ser seriamente equacionado pelo MDN que já promoveu estudos com vista à revisão da Tabela Nacional de Incapacidades e ao enquadramento técnico desta doença.

Famalicão, 31 de Maio.

Faro, 17 de Outubro.

A inauguração das novas sedes das Delegações de Vila Nova de Famalicão, onde também foi instalado o Museu da Guerra Colonial, e de Faro, para além de virem aumentar significativamente o património da ADFA, são o corolário lógico da importância que aos órgãos locais é reconhecida na vida associativa. Esta acção vem na sequência de outras iniciativas semelhantes, como foi a aquisição da sede da Delegação do Porto em Dezembro de 1997.

O que falta fazer

Foi significativo tudo o que se conseguiu. Muito mais ainda há para fazer. Muitos associados continuam ainda sem serem consagrados os seus direitos. A grande maioria dos deficientes militares já vê com apreensão a entrada próxima na terceira idade e sem saber a que porta é que há-de ir bater para passar os últimos anos de vida com o mínimo de dignidade. Por isso, para além do problema do "stress de guerra", outras reivindicações estão em marcha, para acabar com situações que se arrastam há anos. Com vista ao futuro há projectos a ser equacionados. Para os levar por diante os associados têm de continuar mobilizados e unidos, pois só em ambiente de paz associativa é que conseguiremos construir um futuro digno e prestigiante para a ADFA e para todos nós.

J.D.

Balanço de um ano de mandato

(continuação das centrais)

Um pouco por todo o espaço nacional celebraram-se festas, convívios, reuniões de associados e encontros sobre os mais diversos temas.

Podemos afirmar que a ADFA sofreu uma completa descentralização no domínio da informação, do debate e das realizações culturais, recreativas e associativas.

O nosso posicionamento dentro do universo das instituições de e para deficientes foi de solidariedade e de independência.

As sugestões críticas expressas no CNRIPD são exemplos claros desta postura.

Colaboramos em todas as iniciativas que servem para reforçar o movimento associativo

das pessoas com deficiência em Portugal, mas não adoptamos esquemas ou soluções que sejam redutoras ou parcelares, venham eles de qualquer sector da opinião que vierem.

No âmbito da FMAC intervimos na mudança de atitude desta organização, no sentido de a tornar mais transparente, democrática e vocacionada para a situação dos Ex-Combatentes deficientes.

Apoiamos também todas as medidas incentivadoras da Paz e levantámos a questão de Timor Leste e da resolução pacífica deste conflito, sob o controlo e supervisão das Nações Unidas.

Participamos nos trabalhos de clarificação do "stress de guerra" e no estudo dos malefícios que o fenómeno guerra produz na Humanidade.

Estabelecemos a ponte entre a FMAC e os nossos projectos em Angola, promovendo o envolvimento concreto da Federação no projecto "Novo Rumo", dirigido aos deficientes militares angolanos.

Existem hipóteses de alargamento destas acções à Guiné Bissau e a Moçambique.

Apreciando globalmente o Programa de Acções da Lista A podemos afirmar, sem qualquer exagero, que dos 22 pontos previstos,

18 já foram alcançados ou estão em fase avançada de concretização.

Estamos convictos que só o empenhamento de todas as Delegações e Núcleos, tornou possível o trabalho realizado, num período de tempo de cerca de um ano.

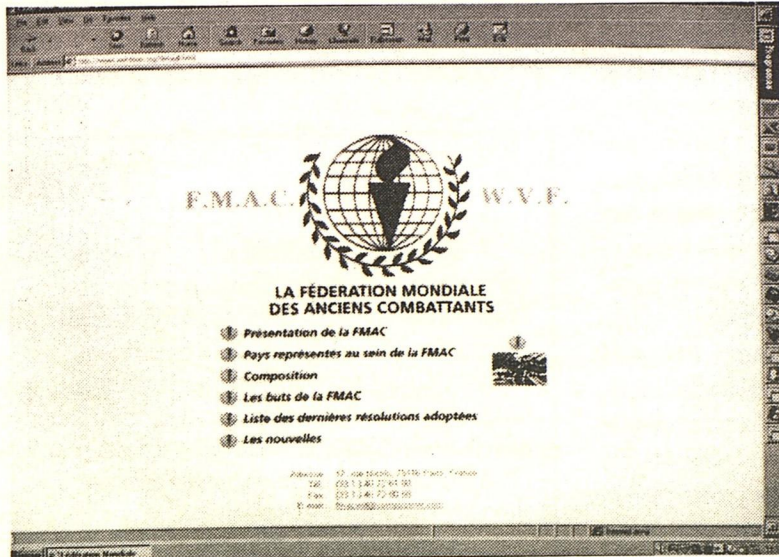
A Direcção Nacional pôs em prática uma política de abertura e discussão tendo convidado associados que não partilham das suas perspectivas associativas a prestar a sua colaboração. Lamentamos informar que nalguns casos não houve adesão, ou se a houve foi focalizada para actos determinados e, no nosso entender, numa perspectiva grupal e restritiva.

Veteranos de guerra criam endereço na Internet

Rafael Vicente

A Federação Mundial de Antigos Combatentes lançou um endereço na Internet no mês de Outubro passado. Dar a conhecer a organização e levar as notícias dos veteranos e das vítimas de guerra são objectivos deste site, que aponta a cooperação como o melhor caminho para fazer ouvir a voz de todos os seus membros.

A primeira página do recém lançado endereço da Federação Mundial de Antigos Combatentes (FMAC) apresenta ao utilizador a possibilidade de consultar o site em inglês ou em francês, mostrando o logotipo da organização e, em rodapé, o endereço e o telefone e fax para onde podem ser feitos os contactos. Nesta página também se apresenta um índice dos assuntos para consulta. Uma apresentação da organização, os países que dela fazem parte, a sua estrutura orgânica (composição), os seus objectivos, as resoluções que tem vindo a adoptar e notícias, são os temas que



podem ser pesquisados nas páginas deste endereço.

A apresentação é feita em dois parágrafos acompanhados por uma foto da 22ª Assembleia Geral da FMAC. Uma alusão à data de criação - Novembro de 1950 e ao propósito de reunir todos as vítimas militares das guerras, formam a primeira imagem da Federação.

A FMAC afirma-se como uma grande Organização Não Governamental Internacional, composta por mais de 27 milhões de membros, de 77 países, gozando de estatuto consultivo no Conselho da Europa.

Em cada página, no rodapé, pode aceder-se à lista de opções para navegação, que dispõe todas as páginas que formam o endereço da organização: "Home", "Presentation", "Countries", "Composition", "Aims", "Resolutions", e a rubrica "News", estão organizados em linha horizontal para, a todo momento, o utilizador poder transportar-se para qualquer ponto do site.

Um mapa do mundo ilustra a página dos 77 países que compõem a FMAC, entre os quais se encontra Portugal.

A FMAC tem os seus alicerces nas federações e associações nacionais dos vários países que dela fazem parte e encontra-se aberta a todas as organizações que devam as suas actividades principais aos veteranos e vítimas de guerra. A página que obedece à escolha "Composition" no menu de opções apresenta a comissão executiva que orienta os destinos da FMAC. Um presidente, um secretário geral, um tesoureiro geral e alguns vice-presidentes, bem como um presidente do Conselho, são missões desempenhadas por membros vindos de França, EUA, Polónia, Malásia, Marrocos, Rússia, Austrália e Países Baixos.

A imagem de um aperto de mãos acompanha a página "Aims" - objectivos - da Federação, lembrando que o entendimento é a principal forma de estar em sociedade. Manter a paz internacional, respeitando as liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem, é o primeiro alvo da FMAC, sem deixar de fazer referência à defesa dos "interesses espirituais e materiais dos veteranos e vítimas de guerra". A troca de experiências e de informações entre organizações e a pro-

moção da integração dos membros nas suas comunidades são valores nobres pelos quais a FMAC sempre se tem batido.

Navegando para a página que contém as últimas resoluções da FMAC, apresentadas entre 10 e 15 de Novembro de 1997, em Seul, na 22ª Assembleia Geral, o utilizador pode encontrar referências às minas anti-pessoal, ao tratamento informativo da guerra, ou a um aviso contra a prática da clonagem humana, são exemplos das temáticas trabalhadas pela Federação, num total de 42 resoluções.

Na última página do endereço estão patentes as últimas notícias em que a FMAC se encontra envolvida. Podem ler-se notícias referentes à 1ª Conferência Internacional sobre as Consequências Psicossociais da Guerra ocorrida em Dubrovnik, de 26 a 30 de Abril, à paz no Kosovo, ou à Conferência sobre a Dignidade Humana e a Exclusão Social.

A FMAC pode ser contactada através de correio electrónico para fmacwvf@compuserve.com, para eventuais sugestões dos "navegadores" do site ou para envio de correspondência. •

Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

Formação dos Colaboradores do CRPG

Encontra-se a decorrer no CRPG, entre os meses de Outubro e Dezembro, um conjunto de acções de formação para os colaboradores do Centro, realizado no âmbito do Projecto INTEGRAR - Acção Inovadora. Esta formação inclui vários módulos: Atendimento ao Cliente, Planeamento Familiar e Sexualidade, Liderança e Dinâmica de Grupos, Tipologia e Caracterização das Deficiências e Doenças Infecto-contagiosas, Gestão de Casos, e Gestão do Comportamento. Com esta variedade de assuntos de formação procura-se manter os colaboradores do CRPG actualizados e munidos das ferramentas necessárias para a execução das suas funções. Embora a formação tivesse como destinatários principais os técnicos do CRPG, também contou com a participação de técnicos de outras instituições de reabilitação - ADFA - Delegação do Porto, APPACDM - Aveiro, ARDAD e CERCIFAF. •

implicações didáctico-pedagógicas da mesma, em função de diversos tipos de destinatários, com privilégio das pessoas com deficiência.

Na última reunião de trabalho, uma equipa de investigadores da Universidade de Compostela procedeu à apresentação dos conteúdos que constituem o módulo didáctico-pedagógico do sistema. Essa apresentação foi seguida dos comentários de cada um dos parceiros envolvidos no projecto e presentes na Reunião - COGAMI (Espanha), Universidade Aberta de Espanha, CRPF (França), GOCI (Bélgica), ASPHI (Itália), CIDEF (Portugal) e, o próprio Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Espera-se que o protótipo do sistema de formação possa ser testado, em todos os países participantes, no segundo trimestre do próximo ano. O CRPG assumirá um papel activo na experimentação do referido protótipo. •

MESTRE em Santiago de Compostela

No passado dia 30 de Outubro, realizou-se em Santiago de Compostela uma nova reunião de trabalho do projecto MESTRE.

O projecto tem como objectivo a concepção, implementação e validação de um curso de formação para professores/formadores de forma a promover a formação à distância, utilizando os recursos oferecidos pelas tecnologias da informação e comunicação.

Conceitos como formação contínua, formação à distância e teletrabalho, implicam uma maior generalização do acesso ao conhecimento das novas tecnologias. Este aspecto é particularmente importante no que respeita à formação de formadores e professores, uma vez que estes profissionais terão que utilizar as tecnologias da informação para desenvolver materiais pedagógicos e as tecnologias da comunicação para implementar a teleformação.

Por estas razões, a formação de formadores prevista no projecto MESTRE incidirá sobre o domínio técnico-metodológico da formação à distância e, simultaneamente, sobre as

Cooperação CRPG / COGAMI

No passado mês de Julho decorreu, no CRPG, uma reunião com a COGAMI - Confederación Galega de Minusválidos - tendo como objectivos a identificação e sistematização de eventuais áreas de trabalho em conjunto, a definição de uma estratégia para desenvolver acções de cooperação, e a planificação das actividades a curto prazo. Para além da proximidade geográfica, as áreas de intervenção das duas organizações cruzam-se em vários pontos. Procurou-se, assim, lançar as bases para uma cooperação sustentada que venha a viabilizar a criação de sinergias benéficas para ambas as partes. De acordo com os objectivos enunciados, foram identificadas cinco áreas de interesse comum, procedendo-se à definição dos objectivos gerais para cada uma delas. Começou-se por debater a hipótese de implementar na Galiza um serviço de apoio às pessoas com deficiência na área da Ortopedia e Ajudas Técnicas. A informação e aconselhamento sobre ajudas técnicas (presencial e remota), assim como a comercialização das referidas ajudas, áreas em que o CRPG possui uma experiência considerável, serão os objectivos a perseguir. Trabalhando com e para as pessoas com deficiência, as instituições em causa procuram proporcionar os melhores meios possíveis para

(continua na pág. seguinte)



(continuação da pág. anterior)

colmatar as desvantagens deste grupo populacional. Dado que a informação constitui hoje um bem fundamental para assegurar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, os Sistemas de Informação foram igualmente sinalizados como uma área de interesse prioritário. Levantaram-se questões de fundo tais como a identificação dos interlocutores da informação e da comunicação, os tipos de conteúdos que interessam aos diversos interlocutores tipo, a definição de estratégias e meios para organizar a informação e a comunicação, entre outros aspectos. O Marketing da Empregabilidade foi também objecto de reflexão. Reiterou-se a importância da troca de experiências, quer ao nível da promoção do emprego, quer ao nível da formação e sensibilização de recursos humanos. Ainda neste domínio, considerou-se a possibilidade de permutar produtos, bem como a produção de materiais e a participação conjunta em eventos de marketing. Estas actividades consideram-se fundamentais para promover uma atitude favorável dos empresários em relação às capacidades das pessoas com deficiência. A troca de experiências e a produção conjunta de materiais alargar-se-á à área da Formação Profissional, com o propósito de pesquisa, inovação e desenvolvimento de novos modelos. A preocupação fundamental centra-se na necessidade de reformatar a oferta formativa segundo um modelo aberto e flexível, focalizado nas necessidades e nos interesses dos clientes. Também os Modelos de Organização e Gestão dos Serviços de Reabilitação, devem basear-se nas necessidades dos clientes, assim como no trabalho em rede, na qualidade dos produtos e serviços, entre outros aspectos considerados. Concluiu-se que a qualidade das organizações e do trabalho que desenvolvem passa pelo reforço das atitudes proactivas em detrimento das reactivas, pelo privilegiar da visão de longo prazo sobre a visão de curto prazo, pelo trabalho em rede e, ainda, por uma inserção mais profunda no contexto social. Está previsto que a estratégia para as actividades de cooperação assente na criação de grupos de trabalho por área. A cada um dos grupos competirá a elaboração de planos de trabalho anuais, a execução dos referidos planos, e a concepção de projectos. Adicionalmente, os grupos serão responsáveis pela sistematização, e disseminação dos produtos do trabalho às suas instituições, bem como pela eventual transferência a outras entidades. Não se limitando ao nível dos estudos e produção metodológica mas, pelo contrário, procurando que as iniciativas conjuntas assumam carácter transregional, ambas as instituições, CRPG e COGAMI, irão diligenciar para que a cooperação se enquadre no Arco Atlântico, o que reforçará sinergias com os movimentos regionais quer no plano político, quer social.

Ficou estabelecido que se realizaria anualmente um seminário com os seguintes objectivos:

- organização da estratégia e das actividades de cooperação

- apresentação dos trabalhos em curso e dos produtos desenvolvidos pelos grupos e projectos

- para o aprofundamento das relações entre as pessoas e as organizações

Os participantes serão os profissionais do CRPG e da COGAMI, e eventualmente outros convidados, por acordo mútuo das duas organizações. Ficou acordado um seminário inicial, que se realizará em Portugal ou na Galiza. Este seminário terá a finalidade de continuar a desenvolver a organização da cooperação, e a constituição dos grupos de trabalho, os quais procederão de imediato aos respectivos trabalhos. •

COGAMI

A COGAMI - Confederación Galega de Minusválidos, foi constituída em 1990 e encontra-se sediada em Santiago de Compostela. A COGAMI actua como uma estrutura fundamental de suporte às quatro federações regionais existentes, assim como para a maioria das 43 associações que a constituem.

A COGAMI pretende ser um instrumento que tanto as pessoas com deficiência da Galiza, como as associações, possam utilizar na persecução dos objectivos individuais e colectivos de integração socio-laboral desta população.

A COGAMI actua nos seguintes campos:

- Movimento Associativo
- Sistemas de Informação e Comunicação
- Área Reivindicativa e de Assessoria Legal e Institucional
- Área de Formação
- Área Laboral
- Área Empresarial
- Área de Coordenação Associativa: Nacional e Europeia

Estas áreas de actuação vão promover múltiplas actividades, das quais se destacam:

- Programas de Formação e Emprego
- Consultadoria e Informação
- Serviço de Mediação laboral
- Programas de Vida Autónoma
- Acções de Reivindicação

A COGAMI tem representatividade no governo através da confederação nacional, COCEMFE (Confederación Coordinadora Estatal de Minusválidos Físicos de Espanha).

Serviços das Delegações

BRAGANÇA

9H00 às 17H30
Almoço - 12H30 às 14H00
Telefone: (073) 32 24 12

CASTELO BRANCO

9H00 às 20H00
CLÍNICA GERAL E ORTOPEDISTA:
(Quando solicitados)
Telefone: (072) 34 12 01

COIMBRA

9H00 às 18H00
Almoço - 12H30 às 14H00
CAMPISMO E PESCA (INSCRIÇÕES)
Telefone: (039) 82 77 12
Fax: (039) 83 89 13

ÉVORA

9H00 às 18H00
Almoço - 12H30 às 14H30
Telefone: (066) 23473

FAMALICÃO

MUSEU DA GUERRA COLONIAL
Segunda a Sexta - 9H30 às 18H00
Almoço - 12H00 às 14H00
Sábados (2.º e 3.º) - 9H30 às 12H00

FAMALICÃO

Segunda a Sexta - 9H30 às 18H00
Almoço - 12H00 às 14H00
Sábados (2.º e 3.º) - 9H30 às 12H00
Telefone: (052) 32 28 48 / 37 63 23
Fax: (052) 37 63 24

FARO

9H00 às 18H00
Almoço - 12H30 às 14H00;
Telefone: (089) 82 85 15

FUNCHAL

9H00 às 17H30
Almoço - 12H30 às 14H00
Reunião da direcção, todas as Quartas (nestes dias a delegação encontra-se aberta até terminar a reunião)
Sextas - fechada à tarde
Telefone: (091) 765171

PONTA DELGADA

9H00 às 17H30
Almoço - 12H30 às 14H00
Telefone: (096) 22221

PORTO

SERVIÇOS SOCIAIS
Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento
Dias úteis:
9h00/12h30 e 13h30/17h30
1.º Sábado do mês:
10h00/13h00 e 14h30/17h00
GABINETE DE SERVIÇO SOCIAL
Responsável:
Dr.ª Margarida Marques
Delegação:
4.º feiras - 14h00/17h30
5.º feiras - 9h00/12h30
Hospital Militar:
4.º feiras - 9h00/12h30
5.º feiras - 14h30/17h00

GABINETE JURÍDICO
Responsável: Dr.ª Manuela Santos

AQUISIÇÃO DE VIATURAS COM ISENÇÃO DE IMPOSTO

Assistente: Elizabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS
PSIQUIATRIA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein
Marcações: Através do serviço de atendimento

ACUPUNCTURA
Especialista: Com. Araújo de Brito
5.º feira - 14h30

PORTO

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO
Inscrições através do serviço de atendimento
BAR
Dias úteis - 8h00/18h00
Sábados - 9h00/18h00
RESTAURANTE (Almoços)
Dias úteis - 12h30/14h30
1.º Sábado do mês - 12h30/14h30
CAMPO DE JOGOS
Responsável: João Coelho
2.º a Sábado - Marcação prévia
Domingos de manhã - Reservado a associados e familiares
CONTACTOS:
Telefone: (02) 8320403/
(02) 8320744
Fax: (02) 8325242

SETÚBAL

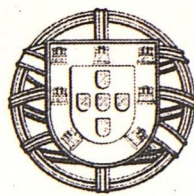
Segunda a Sexta - 9H00 às 18H00
Almoço - 12H30 às 14H00

UISEU

Segunda a Sexta - 9H00 às 18H00
Almoço - 12H30 às 14H00
Telefone: (032) 416034

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Diploma do Mês



GARANTIA DOS ALIMENTOS DEVIDOS A MENORES

Lei nº 75/98 de 19 de Novembro

Artigo 1º - Garantia de alimentos devidos a menores

Quando a pessoa judicialmente obrigada a prestar alimentos a menor residente em território nacional não satisfizer as quantias em dívida pelas formas previstas no artigo 189º do Decreto-Lei nº 314/78, de 27 de Outubro, e o alimentado não tenha rendimento líquido superior ao salário mínimo nacional nem beneficie nessa medida de rendimentos de outrem a cuja guarda se encontre, o Estado assegura as prestações previstas na presente lei até ao início do efectivo cumprimento da obrigação.

Artigo 2º - Fixação e montante das prestações

1 - As prestações atribuídas nos termos da presente lei são fixadas pelo tribunal e não podem exceder, mensalmente, por cada devedor, o montante de 4 UC.

2 - Para a determinação do montante referido no número anterior, o tribunal atenderá à capacidade económica do agregado familiar, ao montante da prestação de alimentos fixada e às necessidades específicas do menor.

Artigo 5º - Responsabilidade civil e criminal

1 - Dos quantitativos indevidamente recebidos cabe restituição e, em caso de incumprimento doloso do dever de informação previsto no artigo anterior, o pagamento de juros de mora.

2 - Aqueles que omitirem factos relevantes para a concessão da prestação de alimentos pelo Estado em substituição do devedor ficam sujeitos a procedimento criminal por crime de burla.

Artigo 7º - Regulamentação e execução

O Governo regulamentará no prazo de 90 dias, mediante decreto-lei, o disposto no presente diploma e tomará as providências orçamentais necessárias à sua execução.

Artigo 8º - Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação e produz efeitos na data da entrada em vigor da lei do orçamento posterior à regulamentação prevista no artigo anterior.

Nota: UC significa Unidade de Conta e uma UC equivale a 14.000\$00.

Helena Afonso

Licença de Condução

Despacho 18.327/98, Direcção-Geral de Viação, de 23 de Outubro

Publica os modelos de licença de aprendizagem para obtenção de carta de condução e de licença de aprendizagem para obtenção de licença de condução, a emitir pela Direcção-Geral de Viação, mediante requerimento do candidato, acompanhado de atestado médico e de fotocópia do Bilhete de Identidade.

Estas licenças têm como destinatários os candidatos a condutores, durante o período de formação e avaliação.

Dados Pessoais

Lei 67/98, de 26 de Outubro

Consagra a Protecção de Dados Pessoais, relativa à protecção das pessoas singulares, quanto ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados, no estrito respeito pela reserva da vida privada, pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

Para efeitos desta lei são considerados como dados pessoais quaisquer informações, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável.

Passaporte Azul

Despacho 18.749/98, Ministério das Finanças, de 29 de Outubro

Simplificação do processo de emissão do Passaporte Azul (formulário E-111), para os beneficiários do regime de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE).

Este passaporte tem como finalidade assegurar a assistência médica imediatamente necessária, em caso de doença e de maternidade, no decurso de estadas de curta duração em território de outro estado membro da União Europeia, desde que a deslocação não tenha por objectivo a obtenção de cuidados de saúde.

Condução Sob a Influência do Álcool

Decreto-Regulamentar 24/98, de 30 de Outubro

Vem dar execução ao regime jurídico da fiscalização da condução sob a influência do álcool

ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, consagrado na última alteração ao Código da Estrada (DL 2/98, de 03JAN), nomeadamente sobre os métodos a utilizar na fiscalização e nos exames médicos e toxicológicos indispensáveis à detecção segura do estado de influenciado pelo álcool ou por substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

Rendas

Portaria 946-A, B, C/98, de 31 de Outubro

A primeira consagra o coeficiente de actualização de 1,023 para os contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais, a vigorar no ano civil de 1999.

A segunda e terceira fixam, respectivamente, os factores globais de correcção extraordinária das rendas e os valores, por metro quadrado, do preço de construção nas diferentes zonas do país, a aplicar no ano civil de 1999.

Entidade Patronal / Trabalhador

Decreto-Lei 330/98, de 2 de Novembro

Estabelece as condições e consequências da falta de comunicação do início do exercício de uma actividade profissional ou da vinculação dos trabalhadores a uma nova entidade empregadora às instituições de segurança social.

O prazo para a entidade patronal proceder à comunicação, por escrito, é o do período correspondente ao início da produção de efeitos do contrato até ao fim da primeira metade do período normal de trabalho diário. Isto é, a comunicação deve ser efectuada no primeiro meio tempo de trabalho.

Na falta desta comunicação, presume-se que o trabalhador iniciou a prestação de trabalho, ao serviço da entidade empregadora, no dia 1 do terceiro mês anterior ao da verificação do incumprimento, o que acarreta para a mesma entidade a obrigação de pagar as contribuições à segurança social, desde aquela data (três meses).

Para o trabalhador a comunicação, por escrito, deve ser feita no período de 24 horas, a contar do início de efeitos do contrato de trabalho.

A sanção para o trabalhador corresponde à não contagem dos

períodos de actividade não declaradas. No entanto há excepções, o período será tomado em consideração se a entidade patronal tiver feito a declaração; mesmo não a tendo feito, tiver feito a entrega da folha de vencimentos, ou, não havendo declaração nem tiver sido entregue a folha de vencimento, a entidade patronal tiver procedido ao pagamento das contribuições.

Voluntariado

Lei 71/98, de 3 de Novembro

Consagra as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, promovendo e garantindo a todos os cidadãos a participação solidária em acções de voluntariado.

Como voluntariado entende-se o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas por pessoas de forma desinteressada, obedecendo aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

Subsídio

Decreto-Lei 347/98, de 9 de Novembro

O subsídio para assistência a filhos adoptados ou filhos de cônjuge do beneficiário, que sejam deficientes profundos ou doentes crónicos corresponde a 65% da remuneração de referência do beneficiário com o limite máximo da remuneração mínima mensal garantida mais elevada, pelo período da duração da licença especial.

O prazo para requerimento das prestações de protecção social à maternidade é de 6 meses a contar do facto determinante da protecção.

Cães-Guia para Cegos

Despacho 19.520/98, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, de 9 de Novembro

Publica o projecto de decreto-lei, para efeitos de audição dos representantes dos respectivos interesses colectivos, que estabelece o direito de acessibilidade dos deficientes visuais acompanhados de cães-guia a locais, transportes e estabelecimentos abertos ao público.

Este direito não implica, por parte do deficiente visual, qualquer custo suplementar, prevalecendo sobre quaisquer proibições

que contrariem as normas consagradas neste diploma.

O deficiente visual será responsável pelos danos que os cães-guia venham a causar a terceiros, devendo para tal estar devidamente credenciados por um cartão próprio e um distintivo, certificativo do adestramento do animal como cão-guia.

Crédito à Habitação

Decreto-Lei 349/98, de 11 de Novembro

Estabelece o novo regime jurídico de concessão de crédito à habitação própria, que consagra, entre outras, soluções tendentes a uma disciplina mais rigorosa na concessão de crédito bonificado.

Esta concessão estende-se à aquisição, construção e realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento e à aquisição de terreno para construção de habitação própria permanente.

O regime de crédito, como anteriormente, é constituído pelo regime geral, regime de crédito bonificado e regime de crédito jovem bonificado, não podendo o prazo de empréstimo exceder 30 anos.

Diplomas

Lei 74/98, de 11 de Novembro

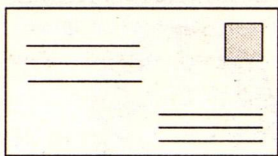
Esta lei consagra as normas que definem as regras a adoptar na publicação, identificação e formulário dos diplomas (leis, decretos, resoluções, decisões de tribunais, portarias, despachos, pareceres, avisos, declarações) publicados em Diário da República.

Habitação

Portaria 963/98, de 11 de Novembro

Fixa os valores máximos da habitação a adquirir ou a construir e do custo máximo das obras de beneficiação a realizar, no regime de crédito bonificado, sendo o seu valor máximo de 23.800.000\$00.

Continuam a vigorar os sistemas de amortização de prestações progressivas; prestação constantes com bonificação constante e prestações constantes com bonificação decrescente.



Façam justiça

Sendo eu um deficiente em campanha tenho vindo a lutar ao longo destes anos todos, contra a injustiça que é praticada contra a minha pessoa por intermédio dos serviços do Departamento Jurídico do MDN que não me reconhecem como tal, sei lá bem porquê.

Eu gostava de saber em que pressupostos se baseiam estes serviços, para me dizerem que eu não reuno os requisitos exigidos pelo DL n.º 43/76 para ser considerado DFA, e passo a expor toda a minha história militar que me levou a contrair a deficiência e a razão porque exijo que se faça justiça, porque a razão está do meu lado.

1 - Fui incorporado no serviço militar obrigatório em 2 de Setembro de 1968, tendo frequentado e concluído com aproveitamento a escola de recrutas e a especialização em condutor auto rodas;

2 - Embarquei a 8 de Maio de 1969, no navio "Uige" para a ex-Região de Angola e com destino à 20ª Companhia de Comandos;

3 - Com cerca de 21 meses em comissão de serviço de campanha em que estive permanentemente em acções de guerrilha, sujeito por isso a um grande desgaste físico e psicológico, fui acometido por forte surto de Paludismo que me deixou bastante debilitado, feito um farrapo humano, visto que perdi cerca de 12 Kg do meu peso normal;

4 - Já em Luanda e passado cerca de um mês quando ainda me encontrava em tratamento, foi-me pedido mais um pouco de sacrifício e abnegação, como já era usual a quem servia com lealdade. Assim, fui escalonado para uma operação militar de grande envergadura "Golpe ao Flanco", na qual a Companhia necessitava de todos os seus elementos para se integrar no agrupamento Mistral na área junto à fronteira de Cuango, dentro do triângulo Santa Cruz-Cuicua-Cabaca. Ali se havia instalado o Batalhão n.º 2 do ELNA com 600 elementos que importava desalojar, destruir e criar possibilidades à actuação das forças da Quadrícula;

5 - A operação atrás referida, ficou desde logo tragicamente assinalada desde o início, visto que na localidade de Ucuca, zona de campanha 100 por cento, e quando as nossas tropas se deslocavam para Santa Cruz, devido a uma queda de tensão derivado ao meu estado de fraqueza, devido ao Paludismo e por outro lado, devido ao grande calor que fazia sentir nesse dia, a viatura "Berliet" que eu conduzia voltou-se originando um aparatoso acidente. Do acidente resultou a morte do nosso Furriel Comando Brito, ferimentos graves no soldado Comando Manuel Moreira Torres e eu, também, com vários ferimentos sendo o mais grave, o traumatismo craniano que me levou a estar em coma no H.M.L.

6 - Passados dois dias, o 2º grupo da 20ª Companhia de Comandos composta por 22 elementos Comandos, sofre um ataque do inimigo, mais ou menos, avaliados em 300

guerrilheiros que matam o nosso Alferes Comando Esteves e o soldado Comando Mata Bento, sofrendo a Companhia, nesta operação, 3 mortos e 6 feridos, por isso, digo que esta operação, infelizmente, marcou tragicamente a 20ª Companhia de Comandos;

7 - A 20ª Companhia de Comandos regressou à Metrópole e eu fiquei em Luanda onde permaneci mais 15 meses e 12 dias, abandonado e longe da minha família, tendo muitas vezes estado angustiado por não ver a minha situação resolvida. Volto passado todo este tempo para casa, sozinho e cheio de imagens que não desejo a ninguém, mas que, infelizmente, me irão acompanhar até ao resto da minha vida;

8 - Após o regresso passei muitos anos querendo esquecer os factos que tinha vivido angustiadamente mas como os meus problemas de saúde se iam progressivamente agravando condicionando a minha vida, requeri em 24 de Setembro de 1987, a presença a uma Junta Hospitalar de Inspeção;

9 - Em 28 de Outubro de 1988 fui presente à Junta Hospitalar de Inspeção que me considerou apto para o trabalho com uma desvalorização de 42 por cento de Incapacidade Parcial Permanente;

10 - Por despacho de 26 de Outubro de 1990, do Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Defesa Nacional o acidente não foi considerado como em Serviço de Campanha, por não preencher o requisito exigido pelo n.º 2 do Art.º 1. do DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro;

11 - Como tal, fui considerado como Aposentado da Função Pública, sendo o acidente enquadrado no DL n.º 498/72 do Estatuto da Aposentação Pública,

instrumento que regulamenta os acidentes em "Serviço" dos funcionários públicos;

12 - No mesmo acidente e como já referi no ponto 6 foi ferido o soldado Comando Manuel Moreira Torres que por despacho de 77.05.10. foi qualificado Deficiente das Forças Armadas nos termos do DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro;

13 - Por tal motivo e estando certo de que me assiste razão, referi em 23/05/97 ao Senhor Ministro da Defesa Nacional a anulação do acto administrativo que me não qualificou como Deficiente das Forças Armadas. Por estar a ser discriminado e não estar a ser tratado em igualdade de circunstâncias, com violação do Art.º 13º da Constituição da República Portuguesa;

14 - O facto do soldado Comando Moreira Torres ter sido considerado Deficiente das Forças Armadas, foi uma decisão certa e condizente com o direito que assiste aos cidadãos que se tendo sacrificado pela pátria, devem ser reparados dos danos sofridos;

15 - Por despacho de 9 de Março de 1998 o meu requerimento foi indeferido e voltou a ser reafirmada a decisão anterior, para o meu espanto e incredibilidade, visto que não consigo entender como é que no mesmo acidente se podem tomar duas decisões diferentes, ou seja, dois pesos para a mesma medida;

16 - Não me conformo com a decisão porque:

a) O meu acidente ocorreu no decorrer da missão que me foi confiada e no decurso de uma operação militar de que vieram resultar várias baixas (mortos e feridos);

b) O acidente ficou a dever-se às condições relacionadas com a actividade operacional;

c) Ao escalonarem-me para a operação na

situação em que me encontrava de debilidade, física e emocional, deveriam ter em conta o risco agravado que isso apresentava.

Mas como se pode constar, eu estou a falar da Guerra Colonial em toda a sua plenitude e onde a vida se vivia ao segundo e era a todo o custo defender a soberania do nosso País;

d) Existe o precedente que já atrás referi, no que se refere á desigualdade de tratamento;

e) Não fui ferido na qualidade Funcionário Público, mas sim como cidadão que generosamente cumpri o dever que me foi exigido e para tal, mereço o tratamento jurídico adequado;

f) Eu não acredito que estejam a usar de má fé contra a minha pessoa, no Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério da Defesa Nacional, mas de uma coisa eu tenho a certeza, talvez seja a falta de conhecimento que as pessoas, que dão estes pareceres têm do que foi a Guerra Colonial para os seus intervenientes;

Em face do exposto, só espero que a nossa Associação tome as medidas necessárias para que todos aqueles que se encontrem na mesma situação que eu, não tenham que esperar vinte anos, como o tiveram as viúvas dos nossos camaradas até por não termos idade para esperar mais tempo, por um direito que nos assiste e a paciência começa a esgotar-se.

Peço desculpas por não ser breve como pedem mas como vêem a história é longa, a injustiça é grande e a revolta ainda é maior, por tudo isto vos peço compreensão.

Daniel Folha

1999
CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
DEFICIENTES MOTORES,
ORGÂNICOS E AUDITIVOS
(M/F)
ESCRITÓRIO ELECTRÓNICO
ARTES GRÁFICAS - FOTOCOMPOSIÇÃO
REQUISITOS
9º Ano de Escolaridade / Idade entre os 16-50 anos
Nacionalidade Portuguesa / Desempregado
Alguns conhecimentos de informática e interesse pelas Artes Gráficas
Inscrições até ao final de Dezembro/98

MEDIDA 3 INTEGRAÇÃO SÓCIO - ECONÓMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

O "Nosso" Nobel

Como a grande maioria das pessoas que se expressam em Português, fiquei feliz, por ele(a) ao ter conhecimento da notícia que nos chegava do gélido Norte e da não menos fria Academia. Quase 100 anos para reconhecerem o valor da nossa gente que trabalha a palavra há 800 anos.

Por mais voltas que der o Mundo (ou o Imundo), este prémio será sempre imutável, é a vantagem das letras sobre as ciências, hoje o insigne Prof. Dr. Egas Moniz não receberia o Nobel, já que as lobotomias passaram à história, como diria o Prof. Agostinho da Silva "mais imutável que as letras só a música" mas para essa não há Nobel.

Penso que a grande virtude deste prémio será sem dúvida, o espaço de reflexão que cria em todos nós, sobre o que é criar, sobre a liberdade de expressão, sobre a consistência e a substância de quem escreve, sobre o sonho do artista, etc..

Felizmente existem os Sousas Laras, os D. Duartes Pios, os "L'Osservatore Romano", para nos demonstrarem o contraponto.

Tenho acompanhado de perto os nossos escritores (ADFA), desde o professor das fraldas do Soajo ao sempre pontual António, todos eles sonham e trabalham as letras, existe entre eles (todos) a distância dum tambor de revolver cheio e outro vazio, mas todos eles andam de revolver na mão.

Temos 25 anos de existência, tenham paciência, só nos faltam 775 anos para que um de vós receba Nobel, temos que acabar primeiro com os nossos Laras e Pios,

entretanto por favor continuem a trabalhar e a sonhar.

Carlos Alberto S. Mendes

A propósito do tempo de serviço

Apartaram-nos da família, das noivas e dos amigos.

Enviaram-nos para a guerra de África. Sofremos emboscadas, bombardeamentos, acidentes e pisámos minas.

Regressamos deficientes física e psicologicamente.

Desde então, no dia a dia, somos confrontados com as nossas incapacidades físicas e assaltados por recordações que queríamos esquecer.

Condenados a viver com limitações físicas e a mente povoada de fantasmas, resulta inequívoco que continuamos em serviço, se excluirmos a ausência da perigosidade inerente ao teatro de guerra, por já lá não estarmos, até porque felizmente findou.

Ora, se o nosso "serviço" não tem fim, porque carga de água regateiam a contagem do tempo prestado nas fileiras, que não passa de uma bagatela, comparado com o que passou após a desmobilização.

Tendo em consideração a faixa etária em que se posiciona a generalidade dos interessados, é urgente que as entidades competentes respondam positivamente, esperando que sintam orgulho por assim praticarem um elementar acto de Justiça.

À ADFA cabe bulir com a consciência dos que decidem nesta matéria.

Força!

João Santa Rosa



11 de Novembro - Castanhas e água-pé animam o Magusto realizado na Sede Nacional, com a participação dos trabalhadores e dos Órgãos Sociais Nacionais, neste dia de S. Martinho.

Museu da Guerra Colonial

Delegação de Famalicão

Segunda a Sexta

das 9h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00;
2.º e 3.º Sábados do mês - das 9h30 às 12h00.

Se tem material relacionado com a Guerra Colonial e se está interessado em colaborar com o Museu da Guerra Colonial, contacte a Delegação de Famalicão. Participe na história do seu país!

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços
da ADFA



Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 AB - 1500 LISBOA - Tels.: 760 89 607 - 760 82 53 - 760 52 78 - Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA - Tels.: 316 72 00/316 72 13 - Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA - Tel.: 726 98 89/726 99 13 - Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiroga, 14A - 1100 LISBOA - Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: ... 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) ... TELF. 812 32 75

Cursos de Formação Profissional

Grupos Étnicos e
Culturais Minoritários
(M/F)

Electricidade Geral / Frio

Requisitos:

Nível de escolaridade mínima - 2.º Ciclo do Ensino Básico
Idade entre os 16 / 44 anos
Nacionalidade Portuguesa - Desempregado

Inscrições até ao final de Dezembro/98

Ministério do Trabalho e da Solidariedade I
Programa Operacional Integrar
Medida 4

Integração Sócio-Económica de Grupos Desfavorecidos



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Av. Padre Cruz - Edif. ADFA - 1600 Lx.
Tel. 757 04 22 - Fax 757 13 19



Na "Expo'98" ... os "Coxos" não eram deficientes!

**Patuleia
Mendes**

Visitei a "Expo", diversas vezes, a última das quais na memorável noite de encerramento, e fiquei maravilhado, como a maioria dos que lá foram, com a exposição, em si, mas ainda mais com a organização, limpeza e funcionalidade do recinto. Valeu a pena!

Um daqueles dias, já para a parte final do certame, visitei-a na minha total condição de deficiente, até na aquisição dos ingressos, que nos estavam destinados e aos acompanhantes, para os que deles necessitamos.

No momento em que me dirigi às bilheteiras, abordei um dos elementos da segurança, inquirindo-lhe a qual dos postos de venda me devia dirigir e ele, com toda a correcção, acompanhou-me ao início de uma fila, informando os presentes que eu era deficiente, com prioridade na compra. O semblante dos que esperavam carregou-se, de forma oposta ao sorriso solícito do funcionário, mas temos que pensar que tais atitudes ainda continuam a ser "normais"!!!

Dentro do espaço, desde as entradas reservadas a deficientes, ao rápido atendimento na preferência de acesso aos pavilhões, à dimensão e higiene das casas de banho especiais e à amabilidade e eficiência do pessoal de apoio, tudo me fazia pensar na razão pela qual os deficientes, em Portugal, não são tratados da mesma forma no dia a dia, sobretudo nos locais públicos, sejam eles oficiais ou lúdicos.

Confesso que me senti tratado como um cidadão! Mas, isto não calhava a todos!...

Este tratamento era só para os "felizardos" com incapacidade igual, ou superior, a 80%, numa sensibilização efectuada à Administração da "Parque-Expo", pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (S.N.R.I.P.D.), a qual fora oportuna e profusamente propalada.

Não comento o desconto na aquisição de bilhetes (não é a parte económica que me move), mas confesso que não entendi, porque é que os dirigentes e as dezenas de técnicos do S.N.R.I.P.D., que se acotovelam pela sua sede e pelo Centro de Investigação e Formação Maria Cândida da Cunha, não folhearam antes a "Tabela Nacional das Incapacidades"; se o tivessem feito, aperceber-se-iam que, a partir dos 60% de incapacidade, já existem amputados de um membro inferior, por debaixo do joelho, e que os 79% correspondem a uma mutilação, muito acima daquele.

Resulta que estas significativas reduções da capacidade locomotora, e de permanência de pé, não davam preferência nas filas da "Expo", contrariamente ao que era reconhecido, e bem!, aos cegos, aos surdos profundos, aos amputados das mãos ou às senhoras que, por ablação cirúrgica, estão privadas dos seios, a título de exemplo!

O S.N.R.I.P.D., cúpula oficial da Reabilitação do nosso país, segregou, de entre a população que visitou a

Exposição Universal de Lisboa, um grupo significativo daqueles que não podem passar um dia andar e, muito menos, duas horas de pé numa fila, por terem que assentar o corpo em cima de um "bocado de pau", ou sobre as pernas fragilizadas, por acidente ou deficiência congénita.

Este facto não se deve saber naquela estrutura da reabilitação, e não se me venha alegar com a boa vontade dos funcionários da "Expo", se existiu, pois não se podem confundir princípios com favores, direitos com benevolência e dignidade com deslenhasque!

Estou certo de que a Administração da "Parque-Expo", sensível como foi à concessão de bilhetes gratuitos para algumas "viúvas de guerra" e deficientes militares, de débil situação económica, teria entendido, com a sensibilidade e inteligência que nos demonstrou, a justeza de um tão linear argumento.

Por seu lado, aquele Secretariado irá comemorar o dia 3 de Dezembro, com a usual pompa e circunstância, levando ao belíssimo Hotel dos Templários, em Tomar, o "Dia Nacional do Deficiente", exibindo, naturalmente, a maravilha das suas mais recentes realizações, até as da "Expo", para uma plateia possivelmente pejada de individualidades e técnicos... mas vazia de deficientes!

Há que prosseguir! A Reabilitação, em Portugal, vai no bom caminho! •



VENDAS ESPECIAIS

PARA DEFICIENTES





**CONTACTE
OS SERVIÇOS
DA ADFA
Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22**

CONCESSIONÁRIO **FIAT**




Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 607 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
 STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
 STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
 ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiroga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
 PEÇAS: 25%
 OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
 (HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75



ORTOPEDIA DOS ANJOS

indústria de próteses e ortóteses limitada


COMERCIAL N.º 202 789 810 - SOCIEDADE POR QUOTAS
 COMERCIAL DO REG. COM. DE LISBOA - NÚMERO N.º 8889
 CAPITAL SOCIAL TOTALMENTE PAGAMENTO: 2.000.000 000

**PRÓTESES E ORTÓTESES
 TUDO PARA ORTOPEDIA
 BRAÇOS ELECTRÓNICOS**

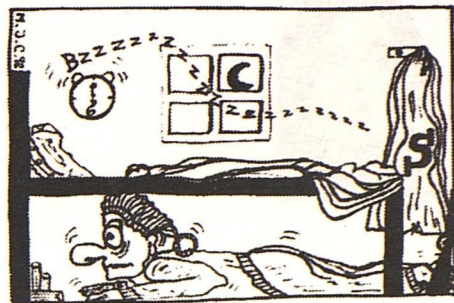
SERVIÇOS TÉCNICOS E OFICINAS - EXPOSIÇÃO E VENDAS
 Rua de Arroios, 59 - C - D • ☎ 01/314 92 31 • Fax 353 14 88 • 1150 LISBOA

A ORTOPEDIA DOS ANJOS AO COMEMORAR OS SEUS 20 ANOS DE EXISTÊNCIA, TEM O PRAZER DE INFORMAR QUE ESTÁ HABILITADA A EXECUTAR TODOS OS SISTEMAS APRESENTADOS COM A MAIS ALTA TECNOLOGIA COM TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.

*Esta empresa e os seus gerentes
 Fernando Silva, Carlos Augusto e Rute Silva, desejam
 Feliz Natal e um próspero Ano Novo a todos os seus
 amigos e familiares*



O stress e o corpo humano



A Sociedade vive em constante tensão ou stress. Mas, existe um grau moderado de tensão que pode melhorar a realização pessoal, levando a um grau de maior produtividade e eficiência.

Na realidade, a maior parte das pessoas ao ultrapassarem um determinado limite de tensão ficam doentes mental e fisicamente. Por este motivo é imperativo conhecer e aprender a dominar a tensão e as alterações que ela origina no corpo, para poder combatê-la.

Quando se está tenso, o cérebro envia mensagens às duas glândulas supra-renais. Estas mensagens são recebidas e reconhecidas e o organismo começa a lançar adrenalina no sangue. Com a adrenalina, os vasos sanguíneos na pele e nos órgãos internos contraem-se, aumentando o volume de sangue, irrigando os músculos, preparando-os para correr; o coração bate mais depressa, lançando uma grande quantidade de sangue para ficar pronto para qualquer acção; ao mesmo tempo, o ritmo respiratório acelera, de forma a que o sangue leve a quantidade correcta de oxigénio para os músculos, a tensão arterial sobe para que os órgãos vitais sejam irrigados de sangue; as pupilas aumentam para ver a causa do medo e a forma de o evitar; a percentagem de açúcar cresce vertiginosamente, ficando-se com mais energia se for preciso lutar ou fugir.

Contudo, num determinado nível de estimulação, em algumas pessoas, o corpo deixa de conseguir adaptar-se e torna-se incapaz de enfrentar qualquer acontecimento.

As alterações mais sentidas no corpo são sintomas de ansiedade, depressão, palpitações, dores musculares, indigestão, insónia, úlceras pépticas, asma, artrite, diabetes e com a tensão arterial alta, pode originar-se um ataque cardíaco. Mas as mulheres têm outros problemas mais específicos, desde as perturbações do funcionamento dos ovários, chegando mesmo à infertilidade.

Todas as pessoas ao ultrapassarem o limite de stress, tendem a fechar-se em si próprias pensando que conseguem resolver todos os problemas sozinhas.

A tensão prolongada é uma consequência de acontecimentos que surgem na vida, sobre os quais não temos controlo, as condições de trabalho, problemas sexuais e ou de amizade, morte, especialmente de familiar próximo, doença, divórcio, são todas elas situações difíceis de enfrentar, que provocam vários graus de tensão.

A perturbação pós-stress traumático - distúrbio de ansiedade prolongado, vivido por acontecimentos traumatizantes do foro psico-fisiológico do indivíduo - apresenta causas que incluem desastres naturais, violência, tortura. Esta doença pode também ser resultante de situações de combate, mais conhecido por

síndrome da fadiga ou neurose da guerra, e vulgarmente se designa por "stress de guerra".

Os sintomas incluem recordações ou sonhos dos acontecimentos traumatizantes, isolamento pessoal, sono perturbado e grande dificuldade de concentração, irritabilidade, sentimentos de culpa, dando origem a verdadeiras doenças depressivas.

O aparecimento do sintoma pode surgir após o trauma ou muito mais tarde, agravando-se perante qualquer lembrança traumatizante. A maior parte das pessoas recupera com apoio, mas as privações físicas e psicológicas prolongadas e sem acompanhamento, podem deixar marcas para toda a vida e incapacitar total ou parcialmente, para o trabalho e provocar a morte.

No entanto, existem várias formas de lidar com situações de tensão e de stress, para além dos tratamentos a nível psicológico e psiquiátrico, a disciplina pessoal é um factor muito importante para a reabilitação. A actividade física, continua a ser a melhor forma de relaxamento, bem como a opinião de amigos, de familiares e do médico, que ajudam a ultrapassar algumas perturbações. Reconheça as suas limitações e assuma que não pode fazer e controlar tudo. Afinal, não existem «super-Homens». •

Maria José Carriço

Natal em Nangololo

Eram duas da tarde do dia 23 de Dezembro de 1968. Tinha acabado de chegar de uma operação de combate e limpeza no Vale de Miteda - ou Vale da Morte, como muitos lhe chamavam - e dirigi-me de imediato para dentro da antiga igreja (que agora servia de caserna) a fim de me desvincular do que restava das granadas e munições que tinha levado para a operação dois dias antes. Porém, ao entrar na porta da igreja, dei logo de caras com a enorme cruz onde estava a imagem de Cristo crucificado. Parei e, em pensamento, agradeci-lhe por ter estado conosco desta vez.

Deitado no meu burro (cama de campanha), depois de um banho rápido, comecei a ouvir o roncar do motor da D.O. a aproximar-se da pista para aterrar. "O que se terá passado?" - pensei, intrigado, pois quase sempre se sabia com antecedência quando ela vinha. Era uma surpresa, uma agradável surpresa: a D.O. trazia uma jaula cheia de perus para o nosso Natal. De facto, ninguém estava à espera que tal pudesse acontecer naquele fim de mundo, mas aconteceu. Foi o delírio, e de imediato se começaram a fazer os preparativos para o dia seguinte. Os perus foram mantidos na respectiva jaula, os panelões preparados, enfim, tudo a postos para a grande ceia do dia 24. Sim, porque no dia 25 voltávamos para as picadas.

Dia 24, às 8 da manhã, e logo após o "mata-bicho", toda a gente que não estava incumbida de montar a segurança começou a preparar os animais para a grande festa.

Começou-se por embebedar os perus com litros e litros de vinho. De seguida soltaram-se os bicharocos dentro de um círculo formado pela malta, no terreno da parada, onde cada um, à sua maneira, apreciava o cambalear e tropeçar dos animais completamente embriagados. Passadas algumas horas, e quando bichos já não se mexiam, veio então aquele que em todo o lado existiu durante a guerra e que era o chamado maluco e que, com uma catana cortou de um a um e de um só golpe as cabeças aos perus, deixando-os soltos e a estrebuchar na parada até se esvaírem em sangue e sucumbirem. Tudo isto era feito como se de um ritual se tratasse, e onde cada um reagia à sua maneira.

Porém, quando todos os perus jaziam no chão encharcado de sangue, fez-se silêncio, e em muitos rostos, incluindo o meu, rolaram lágrimas de tristeza, saudade e raiva. Aquilo que horas antes era o prenúncio de um dia alegre, transformou-se num profundo abatimento psicológico, dando origem a que a desejada ceia de Natal passasse a ser quase um velório, só atenuado pela enorme quantidade de álcool por nós consumido nessa noite, a fim de tentar esquecer as saudades daqueles que nos eram mais queridos e que, longe de nós viviam o seu Natal. •



Mário Inácio

Mário Inácio

Curiosidades

Você sabia que...

... a Delegação da ADFA no Porto foi criada a 7 de Dezembro de 1974, e ficou, desde logo, sediada nas suas actuais instalações, quartel do Comando Regional do Norte da Legião Portuguesa, antes do "25 de Abril"? E que, por escritura de 6 de Novembro do ano passado, aqueles edifícios, da Rua Pedro Hispano, passaram a ser propriedade da nossa Associação?

... Vitor Hugo (1802-1885), romancista e, designadamente, poeta, se considerou fiel seguidor do pensamento romântico, que afirmou estar para a literatura como o liberalismo para a política, e conheceu grande fama e popularidade, ainda em vida, razão pela qual, quando do falecimento do escritor, o Estado francês lhe tributou honras nacionais, sepultando-o no Panteão de Paris? E que as obras do autor, "Nossa Senhora de Paris" e "Os Miseráveis", tiveram diversas versões cinematográficas, encontrando-se em exibição, presentemente, a quinta e recente adaptação do segundo daqueles títulos?

... Machado de Castro (1731-1822), de início humilde, como aprendiz de santeiro, rapidamente se notabilizou, pela colaboração que deu ao italiano Giusti, como escultor na edificação do convento de Mafra, mas que foi a estátua equestre de D. José, no Terreiro do Paço, em Lisboa, que granjeou o epíteto de sua obra prima? E que, da sua excepcional arte de barrista, saíram os artísticos presépios, evidências do estilo barroco e que embelezam, na época natalícia, algumas das nossas mais belas e valiosas igrejas?

... Donald Campbell (1922-1967), filho do igualmente amante da velocidade, "Sir" Malcolm, construtor do bólido "Blue Bird I", decidiu devolver à Inglaterra os recordes de velocidade em terra e água, antes conseguidos por seu pai? E que logrou alcançar tal objectivo, em 1964, ao atingir 444,516 km, em água, e 648,728 km, em terra, a bordo "Blue Bird II", por ele mesmo construído e ao volante do qual, por explosão do motor, encontrou a morte, tentando bater aquele último máximo de velocidade, no ano de 1967? •

Patuleia Mendes



Não se percebe porque

Cláudia Silveira*

Foi com alguma surpresa e, ao mesmo tempo com interesse, que, por motivos profissionais, tomei conhecimento da imensidão do mundo dos deficientes das Forças Armadas. Para quem nasceu depois de 1974, já com a democracia, a Guerra Colonial e as suas vítimas permanece como algo um pouco vago, consequência da História e das decisões dos seus protagonistas.

Tal como eu, arrisco dizer que a maior parte das pessoas da minha idade, não sabe da existência dos milhares de pessoas que perderam a saúde na guerra em Angola, Moçambique ou na Guiné. Milhares que aumentam assustadoramente se considerarmos as famílias que também sofrem as consequências dessa guerra.

Para quem está por dentro deste contexto é muito difícil aceitar e mesmo compreender porque, ao fim de todos estes anos, muitos ex-combatentes continuam sem receber os apoios a que, por lei, têm direito. Não se percebe a recusa do Estado português em assumir essa responsabilidade.

Não se percebe porque demorou tanto até se contemplar as viúvas daqueles que, ao serviço do país, perderam a saúde e a vida. Porque se teima em não reconhecer o "stress de guerra" como uma consequência do que se passou no Ultramar. E porque continua sem se resolver a situação dos deficientes internados no anexo do hospital Militar, 24 anos depois do fim da guerra.

Noventa por cento dos homens que foram mobilizados para África, eram pessoas sem instrução, grande parte rurais. Quando voltaram, não encontraram nunca programas de reabilitação que os preparasse e os integrasse noutras profissões.

A deficiência, todos sabemos, afecta o dia-a-dia do portador e da sua família e, na nossa sociedade, embora tenham havido mudanças, o deficiente continua a ser visto como um "coitadinho". Para muitos torna-se já tarde para fazer essa reabilitação e inserção profissional - é assustador pensar que os deficientes das Forças Armadas estão actualmente a morrer, em média, aos 49 anos de idade.

Assim sendo, não se percebe porque se continua a não dar a todos esses homens e mulheres a possibilidade de viver com um mínimo de dignidade. •

* Jornalista



Director: António Carreiro
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600 - Lisboa
Telefone: 01-7570502 Fax: 01-7571319
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

ADFA anima comemorações

As comemorações oficiais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência são organizadas pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, e terão lugar nos dias 3 e 4 de Dezembro, na cidade de Tomar, onde a ADFA se fará representar pelo 1.º vice-presidente da Direcção Nacional.

Para assinalar esta efeméride a Junta de Freguesia do Lumiar e a ADFA organizam um vasto programa de actividades culturais e recreativas que terão lugar nos dias 3, 4 e 5 de Dezembro.

Rui Malta Vacas, presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, salienta que "esta jornada não seria possível sem a colaboração essencial da ADFA", realçando que o desafio para a realização destas comemorações partiu do associado Capela Gordo, também assessor da Junta.

Sensibilizar a população para a realidade do cidadão portador de deficiência é um dos objectivos desta iniciativa que vai possibilitar um "debate mais alargado e envolvente".

"Vamos aprender a transmitir as necessidades das pessoas portadoras de deficiência com a ADFA", refere Rui Malta Vacas.

A ADFA representa para o presidente da junta "um pólo aglutinador das vontades e da dinamização de iniciativas das organizações e dos cidadãos".

Rui Malta Vacas espera que esta jornada seja um "pontapé de saída", que permita a continuidade desta actividade nos próximos anos, com maior abrangência de temas.

As actividades do dia 3 de Dezembro, Quinta-feira, incluem uma abertura oficial da

Jornada Sócio Cultural, pelas 9h00, seguida de distribuição de brindes no CRPC Calouste Gulbenkian e de uma demonstração de Tiro com Arco, no Lar Militar, pelas 14h00. À noite vai ter lugar um jogo de Futebol de 5 entre a ADFA e o Sporting Club de Portugal, na Nave do Estádio José Alvalade, às 21h00.

O dia 4 de Dezembro, Sexta-feira, vai ser dedicado ao encontro subordinado ao tema "Reflectir sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência", a realizar na Sede da ADFA, acompanhado de um Torneio de Chiniquilho e de uma demonstração de "Snooker", pelas 12h00. Pelas 14h00, vai estar patente no Lar Militar uma exposição de trabalhos das escolas e às 21h00 vai ter lugar o Torneio de "Snooker" na Sede e o Torneio de Ténis de Mesa no Lar Militar.

No próximo Sábado, dia 5 de Dezembro, pelas 9h30, vai disputar-se a final do Torneio de "Snooker", bem como terá lugar a competição de Remo "indoor", na Sede, uma prova de Atletismo de Companheirismo e a actuação da Banda na Quinta das Conchas.

Pelas 11h00, vai decorrer a largada de pára-quedistas na Quinta das Conchas. O almoço de confraternização dos atletas na Sede, vai ter lugar pelas 13h00 e terminará com entrega de medalhas.

A começar a tarde, pelas 15h00, há teatro e fados no Lar Militar.

As comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência são encerradas com um Concerto no colégio S. João de Brito, pelas 21h30.

R.V.

A equipa do
ELO
deseja a todos
os leitores
Boas Festas
e Feliz
Ano Novo

DL n.º 134/97, de 31 de Maio

O ELO corrige

Na última edição do ELO, foi publicado de forma incorrecta o seguinte trecho: "a ADFA foi informada de que o Departamento Jurídico do MDN se encontra a estudar a questão do DL n.º 134/97, de 31 de Maio, e que o bom andamento da matéria foi prejudicado, uma vez que foi levantada a questão por associados, através do Provedor de Justiça. Foram sublinhadas as injustiças criadas e o mal estar que tal situação provoca nos associados, sendo urgente a tomada de medidas".

Não se pretendia dizer que a iniciativa de associados, veiculada pela Provedoria, prejudicou o andamento da matéria, mas sim que prejudicou a análise da pretensão imediata da ADFA de ver resolvida rapidamente a questão da aplicação do Acórdão do Tribunal Constitucional aos militares do Quadro de Complemento.

Todo o circunstancialismo que tem rodeado esta questão leva a que no momento não possa persistir uma estratégia de adequação faseada da legislação nesta matéria, pelo que a DN tem estado a debater a alteração da sua posição, no sentido de globalizar a reivindicação, a qual dará a conhecer na próxima edição do ELO.

R.V.

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
TM: 0931 25 50 23
Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
TM: 0931 26 61 53

